



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
ISCED-HUILA

**O PERCURSO HISTÓRICO DA PAZ EM ANGOLA: SUA
REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2002-
2022)**

AUTOR: Serafim Job Pedro

Lubango

2022



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
ISCED-HUILA

**O PERCURSO HISTÓRICO DA PAZ EM ANGOLA: SUA
REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2002-
2022)**

Trabalho apresentado para a obtenção do
grau de Licenciado em ensino de História

AUTOR: Serafim Job Pedro

ORIENTADOR: Dr. José Alfredo de Matos

Lubango

2022



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA

ISCED-Huíla

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Temos consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu **Serafim Job Pedro**, estudante finalista do Instituto Superior de Ciência de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do curso de História, do Departamento de Ciências da Educação, declaro, por nossa honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, 23 de Fevereiro de 2022

Autor

Serafim Job Pedro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, amigos, colegas que directa ou indirectamente ajudaram neste percurso académico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela Vida, ao Dr. José Alfredo de Matos, por aceitar orientar o nosso trabalho.

A todos os professores que orientaram a nossa formação desde a entrada ao ISCED-HUILA até a este momento. Agradeço também aos meus carinhosos colegas com os quais se caminhou durante todo percurso acadêmico.

ACRÓNIMOS

AD - COLIGALIGACAO - Coligação Angola Democrática

AJPD – Associação Justiça Paz e Democracia

ASSOMULO – Associação dos Originários de Maquela do Zombo

ALIAZO – Alianças dos Naturais do Zombo

AMANGOLA – Amigos do Manifesto Angolano

CPO – Conselho Político da Oposição

CNE – Comissão Nacional Eleitoral

CRA – Constituição da República de Angola

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé

CICA – Conselho das Igrejas Cristãs em Angola

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola

ELP – Exército de Libertação Portuguesa

EUA – Estados Unidos da América

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola

FUA – Frente Para a Unidade de Angola

FAA – Forças Armadas Angolanas

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA – Forças Populares de Libertação de Angola

FPD – Frente Para a Democracia

FOFAC – Fórum Fraternal Angolano Coligação

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FUMA – Frente Unida Para a Mudança de Angola

FNLA – Frente Nacional Para a Libertação de Angola

GRAE – Governo Revolucionário Angolano no Exílio

GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

LC – Lei Constitucional

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MINA – Movimento de Independência Nacional de Angola

MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.

ND – Nova Democracia União Eleitoral

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PRS – Partido de Renovação Social

PRD – Partido Renovador Democrático

PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

PLD – Partido Liberal Democrático

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

UNITA – União Nacional Para Independência de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas

UNAVEM – United Nations Angola Verification Mission

Resumo

O percurso histórico da paz em Angola: Sua repercussão no desenvolvimento sustentável é o assunto em que nos propusemos a abordar na presente dissertação.

Reflectindo sobre a importância do processo da paz em Angola, procurou-se interiorizar o assunto e revelar na presente investigação o impacto de que a paz representa para os angolanos, onde identificou-se como problema do estudo o seguinte questionamento: Qual é o percurso histórico da paz em Angola e sua repercussão no desenvolvimento sustentável (2002-2022)?

Reveste-se de um Objectivo Geral que circunscreve-se na análise do percurso histórico da paz em Angola e sua repercussão no desenvolvimento sustentável. As motivações da selecção do tema para a elaboração da presente monografia, prende-se no facto de ser pouco abordado nas lides académicas, sendo uma abordagem mais falada por alguns comentadores políticos, que o fazem a luz das suas ideologias partidárias.

O desenho da pesquisa a que nos propusemos realizar é de carácter descritivo-qualitativo, servindo-se para o seu cumprimento de determinados métodos, a mencionar: Indutivo, Dedutivo, Histórico, Pesquisa documental e Estatístico, como técnica os inquéritos por questionário e por entrevista.

Além das conclusões, sugestões e bibliografia, o trabalho está dividido em três capítulos, no I^o se faz a discussão teórica sobre a paz, conceito de paz e a sua evolução histórica, tipologia de paz: Positiva e Negativa, finalidades de Conflito vs Guerra, os acordos de paz e sua finalidade, estudo sobre a paz Social. No II^o capítulo se faz a reflexão em torno da paz em Angola, estratégias do desenvolvimento sustentável no tempo de paz, o ano de 2002 e os desafios do desenvolvimento e no III^o capítulo, se faz a análise de dados estatísticos, por meio da aplicação do inquérito por questionário.

Palavras- Chave: Percurso Histórico, Paz, Angola, Repercussão e Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Le parcours historique de la paix en Angola : ses répercussions sur le développement durable est le sujet de cette thèse.

En réfléchissant à l'importance du processus de paix en Angola, nous avons cherché à intérioriser le sujet et à révéler dans cette recherche l'impact que la paix représente pour les Angolais. La question suivante a été identifiée comme la problématique de l'étude : Quelle est l'histoire de la paix en Angola et ses répercussions sur le développement durable (2002-2022) ?

Cette étude a un objectif général qui se concentre sur l'analyse de l'histoire de la paix en Angola et sa répercussion sur le développement durable. Les raisons du choix de ce thème pour cette monographie sont liées au fait qu'il est peu abordé dans les milieux académiques, étant une approche plus souvent évoquée par certains commentateurs politiques, qui le font à la lumière de leurs idéologies de parti.

Le plan de recherche que nous nous sommes proposés de réaliser est de nature descriptive-qualitative, utilisant certaines méthodes pour sa réalisation, à savoir : la recherche inductive, déductive, historique, documentaire et statistique, ainsi que les enquêtes par questionnaire et par entretien.

Outre les conclusions, les suggestions et la bibliographie, le document est divisé en trois chapitres. Le premier chapitre est une discussion théorique sur la paix, le concept de paix et son évolution historique, les types de paix : positive et négative, les objectifs du conflit par rapport à ceux de la paix. Le chapitre II traite de la paix en Angola, des stratégies de développement durable en temps de paix, de l'année 2002 et des défis du développement. Le chapitre III analyse les données statistiques par l'application d'un questionnaire.

Mots clés: Parcours historique, Paix, Angola, Répercussion et développement durable.

Índice

DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
ACRÓNIMOS	iv
Resumo.....	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I: GENERALIDADES.....	8
1.1. Antecedentes do Tema	9
1.2. Discussão Teórica sobre a Paz.....	10
1.3. Tipologia de Paz: Positiva e Negativa	14
1.4. Finalidades de Conflito vs Guerra	17
1.5. Os acordos de Paz e sua Finalidade.....	20
1.6. Estudo sobre a Paz Social	22
CAPÍTULO II- O PERCURSO HISTÓRICO DA PAZ EM ANGOLA, SUA REPERCURSSÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2002-2022).....	25
2.1. Os Fracassos nos Processos de Paz em Angola.....	26
2.2. Reflexão em Torno da Paz em Angola.....	33
2.3. Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável no Tempo de Paz.....	35
2.4. O Ano de 2002 e os Desafios do Desenvolvimento	38
2.5. Estratégia de Combate à Pobreza em Angola	41
2.6. O Processo de Reconciliação Nacional em Angola	43
2.7. O Novo Panorama Político em Angola.....	47
CAPÍTULO III- ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS.....	52
3.1. Preliminares da Investigação	53
3.2. População e Amostra	53

3.2.1. População	53
3.2.2. Amostra	54
3.3. Caracterização da amostra	54
3.4. Apresentação dos Resultados.....	55
CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	59
Conclusões.....	60
Sugestões	62
BIBLIOGRAFIA E ANEXOS	63
Bibliografia.....	64
Anexos	69

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Angola viveu um período conturbado depois de alcançar a independência política no dia 11 de Novembro de 1975, o desentendimento dos movimentos que se bateram para a libertação nacional da opressão portuguesa, criaram um clima de conflito armado, influenciado pelas forças externas, o que inviabilizou o processo da paz depois da Independência e durante décadas se assistiu a regressão do desenvolvimento sustentável do país, pois, durante os longos anos de conflito, muitos angolanos enfrentaram miséria generalizada.

O conflito angolano após a proclamação da independência termina parcialmente em 1991, com a assinatura dos acordos de Bicesse que marcaram, além do fim do conflito civil, o início do processo democrático em Angola. Mas este acordo não trouxe uma paz completa aos angolanos, pois que as eleições presidenciais em 1992 fracassaram tendo em conta a não-aceitação dos resultados eleitorais pela UNITA e o país voltou a mergulhar num clima de guerra sangrenta que terminou com a morte do líder histórico da UNITA Jonas Malheiro Savimbi, em 2002, sendo nesta data em que podemos começar a falar dos desafios da paz e da reconciliação nacional.

A pesquisa é de carácter descritivo-qualitativo, com objectivo fundamental analisar o percurso histórico da paz em Angola e sua repercussão no desenvolvimento sustentável, que no entanto, com base os dados e informações recolhidas em torno do tema, podemos compreender que o processo de paz em Angola para o desenvolvimento sustentável é ainda um desafio longo que deve envolver todos os cidadãos nas suas diversificadas áreas.

O trabalho está distribuído em três capítulos, sendo que no primeiro se faz a abordagem teórica da paz Angola, no segundo se desenvolve o alcance da paz e os passos para o desenvolvimento sustentável e no terceiro capítulo se faz a análise e tratamento de dados estatísticos.

I. Identificação do Problema

Qualquer fenómeno ou facto a investigar parte sempre da existência de um problema. Segundo Martins (2004, p.p. 74-75) problema é o apontamento das

questões a partir das quais será efectuada a problematização que aparecerá como meio de levantar questões para o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração do texto. Analisando a forma complexa do processo de paz em Angola e as políticas do desenvolvimento sustentável, despertou o nosso interesse em investigar o percurso histórico da paz em Angola e avaliar o nível de execução das políticas do desenvolvimento sustentável, para o bem-estar do cidadão que durante os longos anos de conflito ficaram privados dos bens essenciais.

II. Problema Científico: Qual é o percurso histórico da paz em Angola e suas repercussão no desenvolvimento sustentável (2002-2022)?

III. Objectivos

Toda e qualquer pesquisa, para a sua efectivação, é sempre necessário que tenha objectivos, que conduzirão a sua eficácia, desta forma, a presente pesquisa tem os seguintes objectivos:

Objectivo Geral

- Analisar O percurso histórico da paz em Angola e sua repercussão no desenvolvimento sustentável (2002-2022).

Objectivos Específicos

- Analisar as diferentes Discussões a respeito da paz, conflitos e guerras;
- Descrever as implicações das querelas entre os movimentos de libertação nacional e o eclodir do conflito armado angolano no pós-independência;
- Explicar os principais acordos celebrados entre os movimentos de libertação nacional como tentativas para o alcance da paz;
- Analisar a importância da paz no desenvolvimento sustentável;
- Analisar o papel da reconciliação nacional na consolidação da paz em Angola, a luz do actual panorama político no país após os acordos de paz;

IV. Justificação do Tema

Olhando pela complexidade do processo de paz em Angola e a forma como foi alcançada com o sacrifício dos filhos da terra e todas as partes envolvidas no conflito, despertou a nossa curiosidade em entender a forma como o governo

angolano, os partidos políticos e a sociedade em geral têm levado acabo a sua participação activa para a manutenção da paz, a consolidação do processo da reconciliação nacional de modos a não se repetirem os erros cometidos durante a guerra e nos intervalos de algumas negociações falhadas que levaram ao atraso do país em todos os domínios.

O presente trabalho foi realizado com o anseio de perceber os meandros do processo de paz e reconciliação nacional com vista a construção de um Estado forte e coeso com o envolvimento de todos, de modo a preparar o futuro sustentável para as gerações vindouras.

V. Importância do Trabalho

O presente trabalho assegura-se importante sob dois pontos de vista, teórico e prático: Do ponto de vista teórico visa a sistematização do conhecimento teórico existente sobre o tema;

Do ponto de vista prático se pretende elaborar uma monografia que resulte em suporte de consulta, para os estudantes do curso de História bem como para a comunidade académica interessada em saber sobre o tema em questão.

VI. Metodologia

Método: significa literalmente seguir um caminho. Refere-se à especificação dos passos que devem ser dados, em certa ordem, para alcançar um determinado fim (Carvalho, 2009, p. 83).

Adoptamos um designer descritivo, como suporte a abordagem dois grupos de métodos: métodos de abordagem e métodos de procedimento e métodos de abordagem.

Os métodos de abordagem são: indutivo e dedutivo e os métodos de procedimentos são: método histórico, e método de pesquisa documental.

Método Indutivo: através do qual analisamos certo número de casos particulares para chegarmos a determinadas leis. Galileu foi o precursor deste método-indução experimental- através do qual se chega a uma lei ou teoria geral por

intermédio da observação de certo número de casos particulares (Ferreira, 1998, p. 93).

Utilizamos o método indutivo para compreendermos o assunto através de diferentes autores que escreveram sobre o percurso histórico da paz em Angola e o desenvolvimento sustentável.

Método Dedutivo: Utilizado para determinar a relação entre as pesquisas e as conclusões (Marconi, 2008: 45). Utilizaremos o método dedutivo para analisar as diferentes pesquisas feitas sobre o assunto, assim como a relação entre as pesquisas feitas e as conclusões.

Método Histórico: o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e investigação do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma actual por meio de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (Lakatos e Marconi, 2002, p. 91).

Recorreremos ao método histórico para analisarmos a evolução histórica do processo de paz e compreendermos os desafios da sua manutenção para um desenvolvimento sustentável.

Método de Pesquisa Documental: Segundo Alessandra (2001, p. 180) é um estudo baseado em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, seja pesquisa historiográfica, extraem deles toda análise, organizando os objectivos da investigação proposta, que permite também extrair informações de gravações, rádios, televisão, livros, revistas especializadas, relatório de ONG, internet, artigos de jornais e semanários.

Utilizamos o método de pesquisa documental porque para a elaboração do nosso trabalho, teremos de nos socorrer aos materiais disponíveis como suporte da nossa abordagem.

Método Estatístico: segundo Quetelet, os processos estatísticos permitem obter de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si em termos quantitativos.

Fizemos recurso ao método estatístico, porque precisamos ter algumas representações através de inquéritos por entrevista e por questionário que precisamos realizar durante a nossa pesquisa.

VII. Técnica

A técnica utilizadas no presente trabalho é análise documental e outros meios que permitam adquirir maior informação no que diz respeito ao assunto em abordagem, com destaque ao inquérito por entrevista e por questionário.

Inquérito por Entrevista: é uma das técnicas de colecta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos de maneira mais completa possível com o mínimo de esforço de tempo (Britto e Feres 2011, p. 239).

Inquérito por Questionário: O inquérito por questionário é utilizado para colectar dados, uma vez que possibilita medir com exatidão aquilo que se deseja, é um instrumento de investigação que visa recolher informação baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo (Leite, 2008, p. 109).

VIII. Hipóteses de Pesquisa

Hipóteses é uma suposição realizada provisoriamente com intuito de explicar algo desconhecido (Appolinário, 2006, p. 109).

Não levantaremos hipóteses, por se tratar de um trabalho com carácter descritivo.

IX. Definição dos Conceitos Chave

Percurso Histórico: Abreu (2007, p.7). É desenvolvimento qualitativo ou quantitativo de um objecto ou de um organismo desde as suas raízes Histórica ao seu crescimento gradual.

Paz: é a simples ausência da guerra ou a condição resultante do equilíbrio do poder entre as superpotências bélicas. Um novo conceito para paz está na

cooperação entre os povos, objectivando o fim da violência estrutural e da predisposição para a guerra (Silva, 2002, p.36).

Angola: é um país situado na África Austral, a sul do equador, o seu território se estendo entre os 5 e os 18 graus de latitude sul e entre os 12 e 24 graus de longitude a leste do meridiano de Greenwich, com uma extensão de 1.246.700 km². (Weeler e René Pelissier, 2009).

Repercussão: é um termo que admite vários usos. Repercussão pode se entendido como efeitos, consequências, positivas ou negativas de um acontecimento em que reflecte directamente na vida do grupo alvo, ou alteração de estado de um determinado objecto (Laurau,1990).

Desenvolvimento Sustentável: é um equilíbrio entre a satisfação das necessidades humanas e a protecção do meio ambiente para que estas necessidades possam ser cumpridas não só no presente, mas num futuro definido, com vista a salvaguardar o bem-estar das futuras gerações (Davidson, 2000).

CAPITULO I: GENERALIDADES

CAPITULO I: GENERALIDADES

1.1. Antecedentes do Tema

Para falar de 20 anos de paz em Angola, é necessário fazermos uma revisão de natureza histórica e geográfica. Angola situa-se na costa ocidental do continente Africano e foi colónia portuguesa até 11 de Novembro de 1975, quando conseguiu a independência após uma guerra pela libertação do poder colonial português. A partir de 1975, o país viveu um período de guerra civil que terminou em 2002.

Angola nasceu como nação por baixo de canhões, fruto do desentendimento dos principais movimentos de libertação nacional, influenciados pela guerra-fria, facto que levou ao fraco desenvolvimento do país em muitos domínios da vida.

A independência de Angola é tardia se comparada com seus pares como a República do Congo (anos 60) e a República da Zâmbia (em 64), ficando apenas atrás da República da Namíbia (anos 90). A jovialidade desse país começa mesmo após o fim da guerra civil em 2002 (Ambrósio, 2020).

Angola tem hoje 18 províncias (Estados): Uíge, Zaire, Lunda Norte, Lunda-Sul, Malanje, Luanda, Benguela, Huambo, Huíla, Cabinda, Moxico, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Bengo, Namibe, Cuando-Cubango, Cunene e Bié. Mais de 75% da população pertence ao grupo étnico banto, que abrange os grupos etnolinguísticos quicongo, quimbundo, umbundo, lunda-quioco, ganguela, n'ghaneca-humbe, herero, ambós e xindonga. Todos esses grupos se dividem em subgrupos de línguas, mas o português é a língua oficial. Do ponto de vista religioso, professam-se crenças africanas tradicionais, para além de cristianismo (protestantes e católicos) e de religiões mistas entre as tradicionais e o cristianismo (Joveta, 2008, p. 175).

Ao longo de quase três décadas, os angolanos lutaram para sobreviver em meio a um dos mais longos conflitos da história moderna. Durante esse período, aproximadamente um milhão de pessoas morreram, 4,1 milhões foram deslocados e 400 mil foram levados para os países vizinhos: Zâmbia, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo e Namíbia (HUMAN RIGHTS WATCH, 2003, p. 5). No dia 4 de Abril de 2002 foi assinado o acordo de paz em

todo território angolano. Os militares da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foram amnistiados de todos os crimes cometidos durante o conflito armado e reintegrados nas Forças Armadas Angolanas.

Quanto a amnistia, achamos que não foi somente feita aos militares da União Nacional para a Independência de Angola, mas sim para todas as forças envolvidas em guerra, independentemente do lado a que combateu.

1.2. Discussão Teórica sobre a Paz

No presente subtema, fazemos uma abordagem conceptual da paz, tendo em conta a linha do pensamento da nossa temática que é o memorando de entendimento do Luena e a sua influência no processo de reconciliação nacional. Sendo que, é através deste que se fala da paz em Angola, procuramos trazer a luz, as diferentes concepções no que a paz diz respeito.

Nas três letras com que a paz se escreve bem podemos ver as iniciais indicativas do seu alto significado “P” significa progresso que não pode existir sem a paz; “A” significa amor e alegria, dois valores humanos inseparáveis da paz; a letra “Z” significa o zénite da civilização, isto é, o ponto mais alto da vida em sociedade, que só em paz se realiza (Mourisca, 2001).

Para Vicente et al (2014) a paz tem sido compreendida sob diferentes ângulos. Até ao século XX, foi essencialmente definida como a ausência de guerra. Porém, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1954), surgiu uma nova área de estudos, designada Estudos da Paz (*Peace Studies e Peace Research*), que permitiu aprofundar a sua compreensão. Assim, abandonou-se a concessão da paz como ausência de guerra (visão negativa e restrita), para abranger a criação de interações positivas e harmoniosas (visão positiva e abrangente).

Oliveira (2007, p. 21) afirma que «*a paz é uma das grandes preocupações deste século, constituindo, dessa forma, uma questão de interesse da opinião pública em geral, de políticos, de instituições nacionais e, [...], internacionais*».

Como não poderíamos apenas nos basear naquilo que os diferentes autores escreveram a respeito da paz, procuramos saber através das entrevistas o que se pensa hoje sobre a paz.

Para Mandume (2022), a paz hoje é um facto que como todos nós podemos observar, existe o calar das armas, a circulação de pessoas e bens, porém, não existe aquilo que chamamos de bem-estar social, pois vemos adversários políticos a tratarem-se como inimigos. Não obstante a isto, devemos cultivar o espírito de reconciliação nacional e elevar mais alto o sentimento da angolanidade acima de tudo, porque somos filhos da mesma pátria que deve acomodar a todos¹. Quem tem a mesma opinião de que a paz hoje não pode ser vista apenas no calar das armas, é Silva (2002), ao defender que;

A Paz não é mais a simples ausência da guerra ou a condição resultante do equilíbrio do poder entre as superpotências bélicas. Um novo conceito para paz está na cooperação entre os povos, objectivando o fim da violência estrutural e da predisposição para a guerra. O estudo da paz é, notoriamente, multidisciplinar e complexo. A coexistência de tendências díspares do pensamento nas Ciências Políticas dificulta ainda mais a compreensão e o trabalho de análise sobre o significado real de paz (Silva, 2002).

Para Tchimu (2022), secretário provincial adjunto para a formação de quadros da UNITA, a paz não devia ser definida apenas como o calar das armas, ela hoje, deveria ser paz de espírito, com garantias dos direitos humanos bem salvaguardados, e que o bem-estar das pessoas estaria no centro das preocupações de quem governa. A nossa afirmação deve-se a algumas situações que aparecem e afligem a tranquilidade pública dos cidadãos, pensamos que é importante que haja reflexões profundas, porque a pessoa só tem paz quando socialmente está protegida.² Quanto a esta questão, tem opinião diferente Basílio (2020), militante do MPLA, ao defender que;

¹ Conversa com José Sandemba Mandume, professor de História, feita no dia 08 de Abril de 2022

² Conversa com Figueiredo Tchimu no dia 04 de Abril de 2022

A paz hoje em Angola é considerada positiva, porque não existe mais guerra desde o calar das armas em 2002. Tudo está a correr sem desconfiança, em harmonia, concórdia e segurança.³

Todavia nós entendemos que paz além da perspectiva bélica deve ser vista também no aspecto social, político e económico. No aspecto social ainda vemos que grande parte da sociedade angolana se vê totalmente excluída nos aspectos atinentes ao bem-estar. Por exemplo, a qualidade de saúde que é precária, a qualidade da educação que também deixa a desejar. No domínio político, achamos que precisamos ainda melhorar, pois, não há entendimento entre os partidos políticos com assento parlamentar nas suas discussões na Assembleia Nacional. No domínio económico, verificamos a subida gritante dos preços da cesta básica, só para dar estes exemplos. A ausência disto tudo fragiliza o conceito de paz no contexto angolano.

A paz é um elemento fundamental para o desenvolvimento de um Estado, sem este elemento não é possível augurar qualquer tipo de estabilidade e segurança. A paz é um bem maior que qualquer Estado deve ter e “por isso” saber preservar, pois que, ela dá credibilidade as instituições, permite o crescimento económico e principalmente porque, promove a circulação de pessoas e bens (Rodrigues, 2018, p.17).

Porém, a paz deve ser mais abrangente, abarcar as liberdades para as pessoas. Em sentido literal, paz aponta para a ausência de guerra, porém deve ser visto como,

Um processo holístico que implica a existência de condições básicas estruturais que incluem a ausência de violência física e psicológica, a satisfação das necessidades básicas e humanas e a nível institucional representativa de estruturas de partilha do poder e da promoção e protecção dos direitos humanos (Freire e Lopes, 2010 apud Gonçalves, 2011).

Há três direcções na conceituação do conceito de Paz: (i) - a primeira se refere a estabilidade ou equilíbrio, na ideia de uma ordem social previsível, mesmo que

³ Conversa com Pedro Hogi Basílio no dia 08 de Abril de 2022

essa ordem seja sustentada pela força ou pela ameaça do uso da força. (ii) - Em segundo lugar, há a conceituação de paz como a ausência de violência colectiva, ou seja, entre grupos humanos. Ela pode se referir a violência interestatal, violência intraestatal, entre diferentes grupos sociais dentro de um mesmo Estado. E, por fim, (iii) - Há um conceito bem mais abrangente e menos definido, o de “paz positiva”, que apresenta uma ênfase menor na ausência de violência e maior na cooperação e integração entre grupos humanos, (Roggia, 2015, pp. 14-15) citando Galtung (1967).

De acordo as três direcções do conceito paz apresentado por Galtung, somos de opinião de que a terceira paz, no caso a paz positiva, é a mais importante, por se apresentar mais integradora uma paz que não está limitada ao calar das armas, mais sim a uma paz que busca consensos internacionais, e também no nível interno se preocupa com o bem-estar dos cidadãos, uma paz que leva ao respeito das diferenças étnicas, culturais, políticas uma paz que eleva mais alto a reconciliação nacional.

Na perspectiva de Brandão (1995, p.48) a paz é *«um dever de direitos que nos cabe, porque somos individual e colectivamente responsáveis, seres da sociedade, dos povos e nações da Terra»*. É, portanto uma criação do exercício generoso do diálogo entre as pessoas que não pode ser outorgado. A paz deve ser trabalhada e cultivada por todos os membros de um Estado, desde a sociedade civil, entidades públicas e privadas e no próprio governo como sendo a entidade máxima (Rodrigues, 2018, p. 18).

Mas para construir uma cultura de paz, é preciso *«mudar atitudes, crenças e comportamentos, até se tornar natural resolver os conflitos de modo não violento (por meio de acordos) e não de modo hostil»* (Gonçalves, 2011, p. 30) citando (Maldonado, 1997).

Se cada um fazer bem o seu papel enquanto membro e participe de uma sociedade é possível manter a paz, requisito fundamental para os Estados. *«É preciso que haja coragem, de muitas vezes, vencer as diferenças individuais, políticas, étnicas, culturais e religiosas, é preciso que o país esteja sempre em*

primeiro lugar», pois que, sem paz não é possível atingir níveis de desenvolvimento (Rodrigues, 2018, p.18).

1.3. Tipologia de Paz: Positiva e Negativa

A palavra paz, usualmente, significa a ausência da guerra. Os termos guerra e paz seriam, nesse caso, opostos, antónimos. São, portanto, situações extremas e estão, de facto, situadas em pólos opostos. Mas entre uma e outra existem situações e estágios intermediários. No presente subtema discute-se algumas linhas sobre a paz positiva e paz negativa e que para além das entrevistas, também buscou-se os contributos de autores que distinguiram os dois tipos de paz acima expostos e segundo Galtung (1990) na sua abordagem defende paz negativa nos seguintes termos:

Galtung (1990) tenta definir melhor a palavra paz ao apontar os conceitos de uma paz negativa e de uma paz positiva. A paz negativa, segundo esse ilustre professor, é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, em que mais pessoas comungam do espaço social.

Para Galtung (1990), a paz negativa, simplesmente, implica “a inexistência da guerra e da violência, o que, necessariamente, não se traduz em cooperação entre povos e nações”. Ao contrário, a eventual predisposição para a guerra e a rivalidade entre as nações e a falta de cooperação podem continuar a vigorar na paz negativa. A paz negativa é, portanto, omissa em relação aos problemas mundiais, pois visa, quase exclusivamente, à solução dos problemas locais, ou seja, do Estado singular. A paz positiva, por outro lado, “implica, além do abandono definitivo da idéia de guerras e de rivalidade, a idéia de cooperação entre povos e nações com vistas à interação da sociedade humana”. Essa verdadeira paz é consequência de acções contra a violência e a guerra, através da protecção dos direitos humanos, do combate às injustiças socio-econômicas, do desarmamento e da desmilitarização.

Sabemos que nenhum Estado sobrevive sem a cooperação com outros Estados, logo, reiteramos que a paz positiva torna-se uma paz importante, porque integra duas componentes que não se pode deixar de observa que são: (1) dimensão internacional, nesta dimensão, a paz positiva não se resume apenas no fim das armas e violência, nem mesmo dos assuntos internos, mais também tem que ver com os assuntos externos, a paz mundial, e cooperação e diplomacia com os outros estados. (2) já na dimensão interna, para além do calar das armas e de violência, é uma paz que deve também visar a justiça social, a distribuição justa dos recursos, a redução das assimetrias, o respeito e as leis vigêntes no país.

A avaliação de paz em Angola é um pouco difícil devido a camisolas partidárias, pois os partidos políticos, por vezes, ainda não se entendem. O povo é passífico e não tem inimigo e os políticos utilizam-no para várias contrariedades, por exemplo, “dizem haver em Luanda uma marcha de jovens a procura de empregos”. No fim, pergunta-se, houve emprego? Um país para oferecer emprego tem de ter condições materiais, financeiras e humanas. Materias estamos a falar de fazendas para trabalharem e quem deve abrir fazendas não é o Estado, são empresários estrangeiros e nacionais; humanas estamos a falar de “gente formada” e capacitada para trabalharem nas instituições públicas. A marcha não resolve o fim do desemprego⁴.

Estamos de acordo com o entrevistado acima, pois realmente a paz em Angola é muitas vezes minada pelas camisolas partidárias e que para alguns partidários, elevam mais alto os interesses partidários em detrimento dos mais nobres interesses do país. Discordamos o sentido de repreender uma marcha ou uma manifestação, porque é um direito constante na constituição, qualquer cidadão que achar ser injustiçado pode expressar livremente o seu sentimento, desde que tal marcha não pertube a ordem social. A marcha não resolve problema, mais pode despertar a atenção de que detém o poder de decisão. O direito da marcha, a manifestação são características da paz.

⁴ Conversa com José Ndambuca, Deputado e Professor do ISCED/Huíla realizada no dia 10 de Abril de 2022.

Existe diferença entre a paz positiva e a paz negativa. Para ele, a paz positiva é aquela que a pessoa por si própria diz que esta em paz sem nada afligir a sua própria vida. Paz positiva é aquela em que o indivíduo sente tranquilidade e esta no seu próprio viver. Já a paz negativa é aquela que a pessoa esta a viver com problemas que lhe assola e não consegue resolvê-los, nesta altura está perante o que se chama de paz negativa porque a pessoa não se revê no conceito de tranquilidade. Para o nosso entrevistado, uma paz define-se como uma paz sem máculas⁵.

A paz positiva é aquela em que existe interação funcionalista entre as partes. Ao passo que a paz negativa, é quando se observa alguns aspectos inerentes aos conflitos. Digamos o que se chama conflito entre indivíduos que estavam envolvidos na guerra. Em Angola nos deparamos ainda com alguns conflitos de arremesso verbal entre aqueles que lutaram com armas de fogo, ainda notamos as más condições de vida, o que pressupõe uma paz negativa⁶.

A paz em Angola, ainda não é totalmente no sentido positivo, pois existem situações ainda em falta. Estamos a caminhar e precisamos de mais passos para que este processo de paz seja completo. Existem ainda alguns pressupostos resultantes dos acordos assinados pelas duas partes (Governo e Unita), pendentes. O que poderiam fazer com que os angolanos, independentemente do seu nível social, se revejam nela. Hoje existem frustrações daqueles que queriam ver bem a sua vida alicerçada e não conseguem por falta de apoio do governo, não têm serviços básicos: saúde e educação. Há indivíduos que estão na condição de ex-militares que até hoje não têm a sua desmobilização concluída, não só as forças militares da UNITA, como também as antigas FAPLAS e ELNA. A paz é aquela que vai tocar na sociedade. Sendo assim, podemos dizer que a paz ainda não é efectiva⁷.

A paz como tal não existe, existe a paz fitícia, não é possível andar com alguém que te fez mal, a reconciliação existe, mas no fundo conservamos mágoas, só

⁵ Conversa com António Miséria, Comissário da Comissão Eleitoral no Lubango, realizada aos 15 de Março de 2022

⁶ Conversa com José Sandemba Mandume, professor de História aos 08 de Abril de 2022

⁷ Conversa com João Bimbi, militante da UNITA na Província da Huíla, entrevista feita no dia 18 de Março de 2022.

existe o calar de armas. O perdão existe, mas o esquecimento está difícil. Pelo que é necessário que os líderes dos maiores partidos em Angola, principalmente dos partidos que participaram directamente no conflito, de modos a moralizar a sociedade para a paz efectiva e o sentimento de reconciliação nacional ⁸.

Das entrevistas temos também a nossa opinião, pelo que, pensamos nós que em Angola existe sim paz, apesar de que precisamos melhorar nos aspectos atinentes ao bem estar social e alimar alguns problemas que assolam a sociedade angolana. Igualmente, pensamos que o processo que caminha e deve ser o centro das atenções, é a reconciliação nacional dos irmãos ontem desavindos. Quando consolidarmos o processo da reconciliação nacional, estaremos diante da paz efectiva.

1.4. Finalidades de Conflito vs Guerra

Os dois conceitos muitas vezes parecem similares, mesmo que existam alguns elementos que caracterizam cada um dos conceitos, mas que, do ponto de vista prático, estes dois elementos quando instalados provocam grandes constrangimentos e instabilidade na região afectada (Eliott, 2018).

O conflito pode ser entendido, como a existência de uma interacção entre indivíduos, grupos, organizações e colectividades que produz choque para o acesso e a distribuição de recursos escassos. “Nos conflitos internacionais, o recurso em questão, é o território; enquanto nos conflitos políticos, o recurso em disputa pode ser o controlo de cargos, e no económico a riqueza” (Rodrigues, 2018, citando Bobbio et all 1998).

O conflito em si, é na verdade uma situação que opõe duas ou mais partes que não encontram de forma pacifica, um entendimento sobre uma determinada situação, muitas vezes, os conflitos surgem como uma acção para a manifestação de um desejo que não se vê realizada por um determinado grupo. (Eliott, 2018)

⁸ Conversa com José Sandemba Mandume, professor de História, aos 08 de Abril de 2022.

Segundo Santos (2011) Os conflitos em África são normalmente resultado da conjugação de uma série de factores distintos e cada um tem suas características próprias.

O conflito só existe quando os actores envolvidos numa relação estão predispostos a obter determinados objectivos através de meios e estratégias divergentes. Quando uma das partes envolvida não concorda com objectivos de outrem, predispondo-se a impedir a sua realização, chega-se então à fase de conflito, que se for mal debelado pode desembocar em uma extrema violência (Van-Dúnem, 2007).

São vários os factores que concorrem para a grande incidência e perpetuação de conflitos violentos em África como: (i) a diversidade étnica que caracteriza o continente africano, especialmente na África Ocidental e na Região dos Grandes Lagos; (ii) extrema dependência na exportação de matérias-primas; (iii) disputa pelo controlo das rendas provenientes da exploração de recursos naturais; e (iv) a pobreza e/ou a falta de oportunidades económicas alternativas (Ezequiel, 2018, p.21 citando Brito, s/d).

Podemos acrescentar também como um dos factores dos conflitos em África a sede desenfreada pelo poder, a má governação e a exclusão social, conflitos étnicos, actos de nepotismo, corrupção. Estes actos têm de certa forma agudizado as políticas de muitos países africanos e quando não acudidos antepadamente, despoletam mesmo em conflito armado.

Para Silva (2011) A guerra é um conflito armado travado por procuração”. Sua característica essencial é a intersubjectividade, o grau de autonomia entre as forças que travam o combate e seus fomentadores, ou financiadores.

A guerra é “um acto de violência para levar o inimigo a fazer a nossa vontade”. Assim, diz o autor, “a violência, ou seja, a força física é, pois, o meio; a submissão compulsória do inimigo à nossa vontade é o objectivo último e para que o objectivo se atinja plenamente, o inimigo tem que ser desarmado, sendo este o

verdadeiro objectivo das hostilidades na teoria, já que assume o lugar do objectivo final, colocando-o como algo que não pertence bem à guerra⁹.

A guerra é aquele conflito armado que supere o patamar de mil mortes resultantes de combates por ano, em média, ao longo de sua duração. Segundo a metodologia ora utilizada, as guerras são divididas em inter-estatais, extraestatais, intra-estatais e não estatais. As guerras inter-estatais, que correspondem às guerras no sentido clássico, são definidas como as que envolvem pelo menos um Estado de cada lado como antagonistas principais. “Nas guerras extra-estatais, um Estado se engaja em combate, além de suas fronteiras, contra as forças de entidade política não estatal, caracteristicamente em guerras coloniais ou imperiais”. As guerras intra-estatais, abrangendo o espectro das guerras civis, “são travadas entre forças armadas organizadas dentro das fronteiras de um Estado”. Finalmente, as guerras não estatais, fenómeno incomum no mundo contemporâneo, são marcadas por combates entre dois ou mais adversários, nenhum dos quais é um Estado, seja em território que não pertence a qualquer Estado, seja ultrapassando as fronteiras de um Estado (Santos, 2011, p. 20, citando Sarkees e Wayman).

As fraquezas institucionais e militares dos Estados africanos, a geografia e o ambiente natural do continente, a facilidade de envolver países vizinhos e conquistar tanto apoio quanto espaços seguros de retirada, “as comunicações precárias, e o modo como os mesmos conflitos são resolvidos envolvendo a cooptação de insurgentes ao poder, tudo isso faz a guerra uma aposta segura”, tanto para os governos quanto para os apoiantes (Rodrigues, 2018, p.16 citando Dopcke, s/d).

Em todo caso, o mundo e África em particular devem lutar contra todo tipo de conflitualidade ou guerras, uma vez que, estes elementos subalternam o desenvolvimento em todos os aspectos e, provocam uma crise interna nos Estados bem como instabilidades muitas vezes nos países vizinhos do Estado vivendo em guerra ou conflitos.

⁹ www/conceito-de-guerra.br, acessado aos 13 de Julho de 2019.

A guerra e todo tipo de conflitos violentos constituem a principal causa do subdesenvolvimento na maior parte das nações do mundo, mas este factor apresenta uma incidência ainda maior no continente africano com índices bastantes assustadores, já que, além de perdas humanas, principalmente entre os grupos mais vulneráveis, os conflitos violentos causam uma paralisia nos sectores de produção e favorecem a emergência da corrupção, tráfico de armas e substâncias ilícitas entre outros aspectos como é o caso do tráfico de crianças e mulheres e, acrescenta-se a esta situação, a exploração ilegal dos recursos naturais em quase todos os países assombrados por guerras ou conflitos violentos. “As consequências nefastas dos conflitos e da guerra são inquestionáveis, daí que a sua prevenção e resolução se torne uma preocupação das comunidades, estados e da sociedade internacional de forma geral” (Van-Dúnem, 2007, pp. 9-10).

Os que regem as políticas dos Estados, principalmente os Estados africanos, deveria ter noções de que a guerra deve ser evitada a todo custo, visto que destruir é sempre muito fácil, porém construir torna-se uma actividade de muitos desafios. Lembrar que a inconsciência da guerra leva os homens a destruírem infraestruturas que custaram grandes orçamentos, perdas humanas, motor para o desenvolvimento de cada Estado, deixa pessoas incapazes de produzir. A guerra e seus derivados são um mal para toda e qualquer sociedade.

1.5. Os acordos de Paz e sua Finalidade

Os acordos de paz muitas vezes são feitos em situações para restabelecê-la e acabar com o conflito entre os beligerantes, uma situação não muito boa entre as partes envolvidas. É um processo e exercício de consciência bastante complexo porque, ou servem para acabar, realmente, com um conflito instalado entre as partes, ou servem, também de cessar-fogo para que as pessoas que neste meio, de fogo cruzado, possam ter assistência quer alimentar quer médica e medicamentosa (Rodrigues, 2018).

Os Acordos de Paz são, portanto, o ponto fulcral na resolução de conflitos, mas não significa, contudo, o fim do processo. O perdurar do consenso depende

fundamentalmente das condições particulares para a sua implementação no caminhar para a «construção da paz». A essência é que, para além de conter a violência que se vai manifestando, importa, sobretudo que, as partes resolvam as suas incompatibilidades de modo a encontrar a melhor forma de conviver pacificamente (Wallensteen, 2002).

Neste caso, podemos salientar que os acordos de paz são feitos de acordo ao problema que se pretende resolver, bem como aquilo que se pretende estabelecer com o mesmo, assim, eles podem ser feitos por mediações, através da interferência de outros países ou da comunidade internacional orientada para o efeito, através de convenções e memorandos, onde as partes se comprometem em acabar com os litígios existentes e, olhar para a mesma direcção, no caso, o bem-estar do país a que pertencem (Rodrigues, 2018).

Os acordos para a paz têm a natureza de serem negociados ou alcançados por meio militar tal como faz menção Silva (2015), a “vitória militar produz maior estabilidade pós-conflito, por outro lado, permitir que a guerra alcance sua definição natural aumenta a probabilidade de uma paz duradoura e de uma efectiva reconstrução pós-guerra”

Ainda Silva (2015, p.63) citando (Toft, 2010) salienta que, “o fim da guerra mediante a paz negociada toma pressuposto que esta reduz o número de mortes comparado com vitórias militares”. Há, todavia, dois problemas nessa lógica. “O primeiro é que a paz negociada pode servir como uma oportunidade para grupos se recuperarem e rearmarem, aumentando a probabilidade de mortes em longo prazo”. Por outro lado, a vitória militar ainda traz custos muito altos, apesar de relativamente mais baixos do que aqueles gerados pela paz negociada em longo prazo. Tanto pazes negociadas quanto a busca pela definição militar destroem vidas, propriedades, tesouros culturais; são mais ou menos instáveis; não geram liberdades políticas em longo prazo e não produzem necessariamente condições económicas para a reconstrução do país.

Pensamos que os acordos de paz, são diferentes tentativas para dar fim a um conflito e envolve muitas responsabilidades das partes que nela participam que devem ter o bom senso de modos a se honrar plenamente os pressupostos

discutidos, para evitar o sentimento de revolta que pode surgir depois de um incumprimento, que realmente pode fazer o reacender da guerra e vitimar muitas vidas.

1.6. Estudo sobre a Paz Social

A paz social nem sempre foi vista como uma situação positiva e boa. Bastará recordar o comportamento dos vikings, que baseavam o seu desenvolvimento na pilhagem das comunidades vizinhas, pelo que exaltavam os ânimos dos guerreiros e as suas virtudes. Também, os portugueses impuseram as regras do acesso a recursos estratégicos para a sua economia (como cereais, ouro, especiarias e escravos), pelo uso da força militar, como acontece ainda hoje com as grandes potências.

No plano pessoal, a paz designa um estado de espírito isento de ira, de desconfiança e, de um modo geral, dos sentimentos negativos, e apresenta-se como algo que todos podem vivenciar. Assim, a paz é desejada por cada pessoa para si própria e, eventualmente, para os outros, ao ponto de se tornar numa saudação interpessoal (que a paz esteja contigo) e num objectivo de vida (vive em paz), representado pela pomba e pela bandeira branca (Ant3nio, 2015).

Porém, é fundamental ter consci3ncia que a paz, em qualquer dos planos de an3lise referidos, no essencial, est3 muito ligada à toler3ncia pelas diferenç3s e ao respeito pelos direitos das pessoas, sobretudo dos menos favorecidos que, no essencial, s3o duas linhas de acç3o para a paz social. Ora, neste contexto, Jung Mo Sung e Josu3 C3ndido da Silva, na obra «Conversando sobre 3tica e sociedade», preconizam que uma linha de acç3o solid3ria 3, necessariamente, uma acç3o colectiva, que se expressa, actualmente, nos movimentos sociais em defesa dos mais fracos, nomeadamente, o movimento pelos direitos humanos, ecol3gicos, das mulheres, do combate à fome e de tantos outros que se baseiam numa nova 3tica social, a 3tica solid3ria, factor determinante da paz social. Neste sentido, n3o faz sentido prosseguir com a ret3rica de colocar a culpa e de esperar que a soluç3o de todos os problemas da sociedade esteja apenas a cargo do Governo (Sung e da Silva, 2009).

Como vemos, para uma paz social, é necessário olhar nos aspectos atinentes a solidariedade, amor ao próximo, justiça, velar pelos necessitados, acabar com as desigualdades que são elemento muito perigoso para qualquer Estado, sob pena das classes desfavorecidas ficarem descontentes e perturbarem a paz social.

É essencial desenvolver a consciência de que, cada um de nós, é cidadão e, por isso, tem o compromisso para com a comunidade onde está inserido, de contribuir para a resolução dos problemas colectivos. Nestas circunstâncias, quando um cidadão vandaliza telefones públicos, escreve nos muros das escolas públicas, destrói autocarros públicos, com o sentimento de que o bem público é daquele que exerce o Governo, contraria os deveres de cidadania. A paz social não deve ser promovida somente por quem governa, mas todo o cidadão deve ter a consciência de promover a paz social para o bem do país.

A paz social se constrói com interesses estruturantes como a justiça, mas, também, com os valores, com a equidade, com a inclusão e com a tolerância, que permitem implementar linhas de acção destinadas a: a garantir o equilíbrio na maneira de pensar e de agir sem prejudicar os outros; trabalhar pela igualdade de direitos entre os cidadãos; respeitar as diferenças; compensar honestamente o que é devido ao outro; rejeitar os preconceitos e os fanatismos; tratar todos com equidade; reconhecer que, apesar das diferenças sociais, étnicas e religiosas, deve ser perseguido o objectivo comum do bem-estar de todos os cidadãos (António, 2009, p. 23).

Por fim, importa referir que as perturbações da paz social também estão ligadas às violações do princípio fundamental da solidariedade moral, intelectual e material da Humanidade. Neste contexto, importa atender ao que postula a UNESCO, organização que tem como missão primordial a construção da paz a nível mundial. O preâmbulo da sua Constituição refere: «Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz»¹⁰

¹⁰ Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, BR/2002/PI/H/12. Prólogo. Disponível em unesdoc.unesco.org/imagens/0014/001472/147273por.pdf, consultado em 10 de

A vida em democracia é um alicerce indispensável à manutenção da paz social, resultante: da adopção dos princípios e das práticas democráticas por todos os sectores da sociedade; de uma governança e administração transparente e responsável; do combate contra o crime organizado, a corrupção, o tráfico de drogas e pessoas, a lavagem de dinheiro e o terrorismo (António, 2015).

Podemos assim observar que o combate a fome e a pobreza também é um elemento fundamental se não mesmo principal para a manutenção da paz social, num país quando as pessoas vivem no limiar da pobreza, as pessoas a passarem fome, essa situação pode levar a distúrbios sócias, assaltos, revoluções e até mesmo a guerra. É necessário cultivar o espírito de solidariedade, acabar com a exclusão, com a miséria para construir a verdadeira paz social em Angola.

Terminamos assim de abordar o assunto sobre a paz na sua generalidade e com ele terminamos o primeiro capítulo, passaremos para o segundo capítulo, onde o foco será a análise mais aprofundada sobre o processo de paz em Angola e as perspectivas do desenvolvimento sustentável para um país que já vive no ambiente de paz com uma idade de 20 anos.

**CAPÍTULO II- O PERCURSO HISTÓRICO DA PAZ EM
ANGOLA, SUA REPERCURSSÃO NO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2002-2022)**

CAPÍTULO II- O PERCURSO HISTÓRICO DA PAZ EM ANGOLA, SUA REPERCURSSÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2002-2022)

2.1. Os Fracassos nos Processos de Paz em Angola

Falar dos acordos realizados para o alcance da paz em Angola, é recuar no tempo e começar justamente pelos primeiros acordos que colocaram os líderes dos principais movimentos de libertação nacional na mesma mesa. O acordo de Alvor constituiu o começo da caminhada para o sonho. Alvor foi o primeiro registo de negociações entre os três movimentos de libertação nacional. Iniciava-se o ano 1975, e, na maior "Província Ultramarina", intensificava-se a luta pela autodeterminação do povo angolano. Com efeito, foi concluído a data da Independência de Angola (11 de Novembro de 1975).

O Acordo de Alvor foi assinado apenas pelos três movimentos, que junto com Portugal dividiram o governo de transição, mas que rapidamente entrou em colapso. A vontade de hegemonia de cada um dos movimentos e a intolerância que isso implicava criou um terrível clima de antidemocrático, conduziu a fortes alianças internacionais com os dois campos da guerra fria e abriu caminho para a guerra civil (Gonçalves, 2004).

O desejo de atingir o poder na dimensão maquiavélica, consideramos ser um factor que levou ao fracasso do acordo de Alvor, o que viria ser aproveitado pelos oponentes da guerra fria em apoiar os movimentos angolanos de acordo os seus interesses ideológicos, situação que viria agudizar a situação política de Angola e consequentemente a guerra civil pós-independência.

Porém, como afirma Gonçalves (2004), esse Governo de Transição entra imediatamente em colapso após a assinatura do Acordo. Não sendo capazes de se entender e trabalhar em conjunto até à data marcada para a declaração de independência, os movimentos nacionalistas envolveram-se em novos confrontos na luta pelo poder.

Ainda de acordo com Gonçalves (2004), a vontade de hegemonia de cada um dos movimentos e a intolerância que isso criou um terrível clima antidemocrático

abrindo o caminho para a guerra civil. Este conflito foi exacerbado pelas intervenções externas, particularmente pelas alianças internacionais estabelecidas entre os movimentos de libertação e os dois polos da Guerra Fria: os Estados Unidos da América (EUA) apoiaram a UNITA e a FNLA e a União Soviética e Cuba apoiaram o MPLA.

Portugal e os movimentos de libertação acordaram que a proclamação da independência seria em 11 de Novembro de 1975 e que, posteriormente, seriam realizadas as eleições presidenciais democráticas. Houve, porém, a quebra do acordo por parte dos movimentos nacionalistas. A FNLA e a UNITA responsabilizam o Movimento Popular de Libertação de Angola por esse desfecho, já que o MPLA havia manifestado interesse de liderar isoladamente. Naquela data, os três movimentos proclamaram a independência unilateralmente. Após uma luta incessante em busca da liberdade e soberania do seu país, os angolanos iniciavam assim um conflito entre si, ou seja, uma guerra civil que duraria cerca de 30 anos (Telo 2012).

Após o reconhecimento da proclamação da independência pelo Dr. Agostinho Neto, a História de Angola foi marcada por períodos de guerra civil, que mergulharam o país na anarquia e hostilidade, sendo frequentes as intervenções internacionais dos acordos.

Nóbrega (2022), diz que os acordos de Alvor, Bicesse e Lusaka, segundo o que lemos e percebemos, também algumas pessoas que estudam sobre a História, informam que os acordos de Alvor começam a fracassar a partir do momento em que os três movimentos vão a Mombaça, com o objectivo de criar uma plataforma, para que quando eles fossem a Portugal, teriam uma ideia uma ideia comum que servisse para os três movimentos apresentar o seu plano para a descolonização, facto que não foi consumado devido as muitas discussões com o governo português, tratar de alguns consensos, como a data da independência¹¹.

¹¹ Conversa com Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30

O mesmo acrescenta que, mesmo assim houve aquele sentimento de desconfiança, e cada um deles pensava na seguinte questão: quando regressarmos para Angola depois destas conversações quem será o líder? Estes receios foram bem desenhados entre os três movimentos, sendo que ao chegar no país com o espírito de desconfiança, o acordo fracassasse. Sublinhar que nesses acordos se criou um governo de transição e algumas vezes diziam que o governo de transição era parcial, ligado somente no único movimento, o MPLA e outros diziam o contrario, são essas indecisões que levaram os movimentos a romperem os acordos e para que cada um fosse ao seu cantinho¹².

Mandume (2022), diz que de antemão quando se trata dos acordos de Alvor é necessário em primeiro lugar saber da matriz e a base política que os nossos movimentos de libertação naquela altura havia ideias e interesses internacionais, porque as grandes potencias, queriam tirar proveito na Independência e tinham diferentes preferências entre os movimentos de libertação de Angola, algumas potências apoiavam o MPLA, outras apoiavam a FNLA e ainda outras apoiavam a UNITA. Este facto, viria minar o entendimento que se desejava para a consolidação dos acordos de Alvor¹³.

Cacesse (2022), As causas que estiveram no fracasso dos principais acordos, podemos apontar a guerra fria, porque antes da queda do muro de Berlim o mundo estava dividido em dois blocos, o do capitalismo e a do socialismo e as forças beligerantes do país estavam ligados aos blocos, o que dificultou o entendimento nos diferentes acordos, porque os africanos dependiam das forças externas, americanas e soviéticas¹⁴.

Bicesse foi o ponto de partida para às eleições multipartidárias. As incessantes tentativas de busca das vias para a instauração da paz em Angola tiveram, nos Acordos de Bicesse, o resultado mais bem conseguido das negociações directas entre o MPLA e a UNITA, em 1991.

¹² Conversa com Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30

¹³ Conversa com Mateus Chinendele Mandume, professor de História, aos 30/05/2022

¹⁴ Conversa com o Professor Doutor Cacesse, professor Universitário, aos 30 de Maio de 2022

Segundo Messiant (2004) as negociações oficiais iniciaram-se em Portugal em 1990, sob os auspícios de uma Troika composta por Portugal, a URSS e os EUA, com estes a exercer mais peso. As negociações obrigavam logo à partida o MPLA a abandonar o marxismo-leninismo e a adoptar um sistema multipartidário e, mais tarde, em maio de 1991, e apesar de continuar a ser “o governo”, a assinar um acordo de paz com a UNITA que era reconhecido como um partido em pé de igualdade com o MPLA. O acordo forçava ainda o MPLA a realizar eleições após um período de transição durante o qual se deveria proceder à desmilitarização das duas forças e à formação de exército único, de forma a assegurar o respeito pelo voto. Por que razão Bicesse falhou? As razões são muitas e controversas.

O Acordo de Bicesse constitui o marco da transição política em Angola, uma vez que lançou as bases não apenas para a pacificação, mas, sobretudo, para a democratização do país, iniciando uma tripla transição: da guerra à paz; de um Estado ditatorial de tipo Marxista-leninista a um Estado democrático multipartidário; e de uma economia socialista administrada a uma economia liberal de mercado (Messiant, 2008).

Contudo, segundo Anstee o fracasso dos Acordos de Bicesse resume-se nos seguintes factores: 1º A falta da voz da ONU nos Acordos, que mais tarde foram convidados para implementar; 2º O papel dado à ONU pelos que assinaram os Acordos de Bicesse era unicamente um papel de “verificador”, impondo assim limitações significativas e impediu a sua capacidade em responder quando a situação mudou tão drasticamente nos fins de 1992; 3º A falta de generosidade financeira para ajudar a assegurar a paz, isto é, a Missão da ONU foi executada com muito poucos recursos; 4º A gestão da transição para a democracia foi problemática em vários sentidos, sobretudo o conceito de que quem vencer fica com tudo, também não ajudou na consolidação de uma transição suave para um governo democrático (Anstee, 1997).

Sem os devidos consensos entre os concorrentes, os protestos das irregularidades das eleições de 1992 viriam trazer a memória dos acordos de Alvor, e viria frustrar novamente os acordos de Bicesse e a esperança do povo angolano que almejava pela paz das eleições. Infelizmente, a segunda volta das

eleições não foi realizada devido a atitude política do ex. Presidente da UNITA, Jonas Malheiro Sidónio Savimbi.

Com o fracasso dos acordos de Bicesse que resultou na falta de consensos pós-eleitorais, o país voltou a emergir numa guerra fratricida sem precedentes, com danos avultados em vários os domínios, quer seja sociais, político e económico, o atrasou o país durante décadas. Para se resolver o problema, outro acordo importante a mencionar, foi o protocolo de Lusaka (1994), que também teve os seus objectivos bem assente no processo de paz em Angola.

Os acordos de Bicesse foram celebrados no dia 31 de Maio de 1991, este acordo é sequência do Alvor, uma coisa que não foi bem-feita em Alvor, deveria ser corrigido em Bicesse. Foi a partir de Bicesse seguiu o período da alteração da geopolítica mundial, pois ele segue justamente o desmoronamento da URSS e a ascensão internacional do capitalismo e a democratização de muitos países. Com esta viragem da geopolítica mundial, o MPLA, anunciou reformas na sua forma de governação, como a aceitação do multipartidarismo e adoptar o processo democrático que previa a realização das primeiras eleições. Esta viragem ideológica, foi o factor essencial que resultou nos próprios acordos de Bicesse, que traçou políticas concretas que possivelmente levariam a paz definitiva em Angola¹⁵.

O mesmo acrescenta que as cláusulas deste acordo não foram bem resolvidas, as discussões apontavam para que as eleições fossem justas e transparentes e uma das questões que no meu entender também não ficou bem esclarecido, foi a questão de quem ganhasse as eleições, deveria governar sozinho, o mesmo que dizer que quem ganhasse as eleições ficaria com tudo, facto que fragilizou o mesmo processo e levou o reacender da guerra depois das eleições de 1992¹⁶.

A situação em Angola tomou novo rumo a quando da nomeação de um novo Representante Especial da ONU, Alioune Blondin Beye, onde novas

¹⁵ Conversa com Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30.

¹⁶ Conversa com Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30

conversações de paz começaram em Lusaka, que vieram a demorar mais de um ano, antes de dar fruto no protocolo de Lusaka de Novembro de 1994. De salientar que este protocolo foi largamente baseado no protocolo de Abidjan. O mesmo... passou por uma série de crises, desde a sua assinatura, onde Beye mostrou uma tolerância excepcional nas suas relações com ambos os lados, bem como dando tudo para criar confiança e compreensão. Inspirado dos Acordos de Bicesse, mas foram introduzidas algumas inovações importantes, incluindo a partilha de poder, a não realização de eleições antes de concluir com questões militares, a implementação do processo de paz e o despacho duma força de capacetes azuis da ONU, onde agora UNAVEM III, chegou a dispor de 7.000 homens (Sebastião, 2015).

Para Sebastião, A, K, Monteiro, (2015), tal como em 1991-1992, o processo de paz avançou lentamente,... e com a atitude adoptada pela ONU de apaziguadora, bem como com um prematuro optimismo em relação ao fim do processo de paz na retirada da maior parte da sua força de manutenção de paz em 1997, e como ponto fulcral, o chefe da missão do protocolo de Lusaka, Maître Alioune Blondin Beye, falecera num acidente de aviação, deixando-a sem liderança, a UNITA contudo, continuava a prevaricar e o Governo no IV Congresso do MPLA, que realizou de 5 a 10 de Dezembro de 1998, o presidente José Eduardo dos Santos declarou que o único caminho para a paz era a guerra, apelando ao fim do processo de paz de Lusaka e à retirada da MONUA.

Segundo Quilunge, (2014), o então presidente José Eduardo dos Santos não teria declarado guerra à UNITA em Dezembro de 1998 se não tivesse contado com o apoio tácito das Nações Unidas e dos poderes internacionais mais importantes, disse um jornalista internacional (Marque, 2001). O que quer dizer: alguns países no mundo tinham interesses específicos no clima de guerra de Angola. Contudo, em Fevereiro de 1999, o Conselho de segurança decidiu retirar o que restava das suas forças de manutenção de paz, mas a ONU manteve uma pequena missão em Luanda para observar a evolução da situação política e promover a defesa dos direitos humanos (Sebastião, A, K, Monteiro, 2015).

Nóbrega (2022) defende que apesar de todos os constrangimentos de Lusaka (1994), o contexto foi decisivo porque tinha produzido um documento com cláusulas importantes para a partilha do poder. O referido documento foi assinado por parte da UNITA por Eugénio Manuvacola e do MPLA, Venâncio de Moura (Chimanda, 2010). Estavam presentes figuras importantes de África, como Nelson Mandela e outros chefes africanos. O presidente José Eduardo dos Santos como o anfitrião estava presente, ao contrário do líder do Galo Negro, Jonas Savimbi que mais uma vez perdeu a oportunidade de ressuscitar politicamente. Neste encontro, criou-se uma Comissão Política (CP) para supervisionar o processo¹⁷.

Mandume (2022) acrescenta que o protocolo de Lusaka, era uma tentativa de ressaltar os erros do processo anterior que culminou com as eleições cujos resultados a UNITA não concordou dando assim o reacender da guerra, mas o protocolo de Lusaka também não teve muito impacto a partir de Lusaka a UNITA ficou dividida, porque alguns militantes da UNITA ficaram a favor do acordo e tomaram assentos no parlamento, a revelia da posição do seu líder Jonas Savimbi, foi assim que se deu a UNITA renovada¹⁸. Ainda em Lusaka, pedia-se a presença do Dr. Jonas Savimbi para a cidade com a possível garantia de que seria ele Vice-presidente. Porém, Lusaka também não logrou frutos desejados e acabou fracassado.

O mesmo acrescenta que Jonas Savimbi, para este acordo delegou Eugénio Manuvakola, que depois de assinar o acordo regressou para a Jamba, e foi altamente criticado por Jonas Savimbi que alegou não ter o orientado a assinar documento algum, Essa posição de Jonas Savimbi, fez fugir muitos quadros para Luanda, que chegando a capital, formara a UNITA Renovada¹⁹.

Pensamos nós que a ausência de Jonas Savimbi no processo negocial de Lusaka, revelava a fraca maturação do processo e era previsível o fracasso do referido protocolo, a semelhança do Alvor e de Bicesse. Para a efectivação e

¹⁷ Conversa com o Dr. Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30.

¹⁸ Conversa com Mateus Chinendele Mandume, professor de História, aos 30/05/2022

¹⁹ Conversa com Mateus Chinendele Mandume, professor de História, aos 30/05/2022

sucesso de uma negociação, é sempre necessário que as duas partes baixem na mesma dimensão para facilitar as negociações.

Já o Memorando de Luena marcou o fim da guerra. Segundo a Angop - Agência Angola Press, o Memorado do Luena Foi um pacto de cessar-fogo, nascido de vários encontros realizados na província do Moxico, entre as forças militares do Governo e da UNITA, na sequência da morte, em combate, a 22 de Fevereiro de 2002, de Jonas Savimbi. O pré-acordo de cessar-fogo foi assinado a 18 de Março, em Cassamba, pelo general Sachipengo Nunda, das FAA, e pelo chefe de Estado-Maior das FALA, general Muego Ukwachitembo “Kamoteio” (ANGOP, 2018).

Em última instancia, seria apenas em 2002, com a morte em combate de então líder da UNITA Jonas Savimbi que se abriria caminho para a assinatura do Memorando de Luena e para a construção da paz e da democracia no país (Schubert, 2013).

No entanto, a falta de vontade política, de transparência e sinceridade para uma paz efectiva, vem dificultando o desenvolvimento do processo de democratização.

2.2. Reflexão em Torno da Paz em Angola

O período de guerra acabou por deixar um rasto de mortes, milhares de angolanos refugiados, muitos mutilados. A guerra termina deixando o país completamente minado. A guerra acabou por afectar directamente sobre os sectores sociais, políticos e culturais dos angolanos, pois que as décadas de conflito armado provocaram perdas no nível do capital físico e humano, mas também acabou por provocar efeitos que afectaram o bem-estar da generalidade dos angolanos. A guerra mexeu com a segurança e a estabilidade da vida social, económico, política, ideológica e cultural de Angola (Lopes, 2009, p.63).

Ainda de acordo com Lopes (2009, p.73),

a maior parte destes efeitos está directamente relacionados com a pobreza e com as condições de vida da população. Deslocações compulsivas, insegurança, insegurança alimentar, má nutrição, graves dificuldades no acesso à saúde e educação.

Deste modo, a guerra passou a ser para o governo nos primeiros anos de paz, o grande motivo para justificar o estado social e económico dos angolanos, pois a estratégia de combate a pobreza que o governo estabeleceu, apresenta como consequência directa a guerra, pois este conflito acabou por limitar o acesso às áreas de cultivo que estavam completamente minadas que destruiu os recursos dos camponeses, esvaziou o campo de mão-de-obra e fez afluir milhares de deslocados para as cidades (Rodrigues, 2012).

A morte de Jonas Savimbi, a rendição da UNITA armada e a assinatura do Memorando de Luena, deram início a uma nova fase ao processo político angolano. O período que compreende a assinatura do Memorando de Luena (2002) à realização das eleições legislativas de 2008, por sinal, as segundas a serem realizadas no país desde a proclamação da independência²⁰ caracterizou-se pela conjugação de esforços por parte do governo do MPLA, das lideranças da UNITA e das igrejas para a pacificação dos espíritos (Messiante, 2008).

Os processos de democratização de países advindos de longas e sangrentas guerras civis podem ser facilitados mediante um efectivo processo de reconciliação nacional. Apenas após a assinatura do Acordo de Luena (4 de abril de 2002) foi possível iniciar-se um caminho de desenvolvimento em paz e segurança, que exigiu às Forças Armadas Angolanas (FAA) a assumirem um papel relevante na reconstrução do país e no apoio à afirmação da soberania do Estado. Esta participação decorreu em áreas tão importantes como o apoio ao desenvolvimento, a segurança interna, as fronteiras e a participação nos sistemas regionais de prevenção de conflitos, actuando como elemento político externo do Estado angolano na defesa dos seus interesses ao nível regional e continental (Carvalho, 2014).

²⁰ Lembrar que as primeiras eleições legislativas foram realizadas em 1992, após a assinatura dos acordos de Bicesse que marcou o fim do conflito armado angolano que durava desde a proclamação da independência. Estas eleições foram ganhas pelo MPLA liderado por José Eurado dos Santos, enquanto a UNITA de Jonas Malheiro Savimbi, foi o segundo partido mais votado.

Embora com o estabelecimento da paz, os primeiros anos foram de luta constante que visou o estabelecimento da segurança e da estabilidade, pois a desconfiança de ambas as partes reinava no seio de todos os angolanos, uma vez que os processos de paz anterior mostraram que rapidamente podem ser destruídos os caminhos que podem levar a efectivação da paz e da democracia, tal como aconteceu com os acordos de Gbadolite, 1988, Bissesse, 1991, e Lusaka, 1994. Assim, o caminho viável para a efectivação da paz passava pela efectivação da democracia, embora esta precise de tempo de modo a poder garantir uma boa articulação dos sectores sociais.

2.3. Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável no Tempo de Paz

Com o alcance da paz em Angola, o desafio que se impõe é o desenvolvimento do país e a superação dos efeitos negativos que a mesma trouxe para um país rico em recursos naturais, com capacidades de garantir o bem-estar dos seus cidadãos hoje e também como preservar o desenvolvimento e o bem-estar das futuras gerações.

Segundo Ambrósio (2017), Angola é um país africano que faz parte da comunidade de desenvolvimento da África Austral. É um dos pouquíssimos países com abundantes recursos naturais que podem propiciar o seu desenvolvimento através, até mesmo, da exportação por via das commodities de alto valor agregado, a exemplo de países como a Austrália, ou através de um volume de capital que transforma esses recursos em bens intermediários ou finais para exportação.

As perspectivas de crescimento futuro, apesar dos obstáculos, parecem positivas. Angola é rica em recursos naturais. Estima-se que a terra arável seja quase do mesmo tamanho que a França, apenas 8 por cento da qual está a ser usada. A água é abundante: há 77 bacias fluviais e 43 bacias hidrográficas, já uma fonte de geração de energia hidroeléctrica renovável significativa. As diversas condições climáticas e de solo que cobrem cinco principais zonas ecológicas oferecem um potencial para uma variedade de produção agrícola. A localização costeira de Angola oferece acesso a recursos marinhos e torna-a uma porta de entrada para o

comércio com a África Central. A pesquisa geológica recente aponta para recursos minerais inexplorados, depósitos de diamante e cobre notavelmente importantes²¹.

Com os dados do relatório acima, podemos afirmar que Angola faz parte dos países subdesenvolvido porque a sua independência foi feita no clima de discórdia, dos não consensos o que levou o afundar do mesma numa guerra que durou décadas. Findo o conflito armado, há aqui um desafio, que parte desde a diversificação da economia, aproveitando os recursos de terras aráveis, e a exploração racional de todos os recursos existentes, transformando para o bem-estar das pessoas assim, como garantir o desenvolvimento sustentável.

A função do Estado é concebida como uma dimensão económica, social e política, implicando, para efeitos de desenvolvimento da sua acção, ajustes nas sociedades que passam pela dinâmica de relacionamento entre as políticas económicas e sociais. Não obstante a fraca incidência actual de algumas políticas keynesianas de incentivo à actividade económica, constata-se que a acção dos Estados industrializados e democráticos da Europa continua a orientar-se pelas mesmas políticas (Capita, 2012).

Pereira (2006) defende que para que haja desenvolvimento económico a experiência histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Para que o estado seja forte não é necessário que seja 'grande', mas não poderá ser 'pequeno' porque se o for não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade. Quando falo em tamanho do estado, ou, mais precisamente, do aparelho do estado, estou falando em carga tributária em relação ao PIB.

²¹ Este relatório foi apresentado pelo World Bank Group é uma instituição de desenvolvimento global virada para o sector privado em mercados emergentes. 2018, p. 10. Disponível em: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d887219-c4d5-4ec1-8d99-94268a17eb00/201905-CPSD-Angola-Portuguese.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mGZbKSQ>. Acesso em 3 de mar. de 2020.

As elites dirigentes angolanas faliram em sua tarefa de construção da nação e fizeram malograr um primeiro encontro importante com a história. Depreciaram as energias, as aspirações e a solidariedade populares construídas pela conquista da independência e para quem certamente o projecto era aquele de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Mas em vez da ruptura necessária, eles se intermediaram, preferindo garantir o essencial dos privilégios neocoloniais das forças metropolitanas em uma espécie de continuum histórico (Santos, 2001, p. 109).

Segundo Pereira (2006), o crescimento da produtividade de um país depende, directamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem, em geral, da qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) que cada sociedade nacional estiver adoptando. Ainda é tempo de recomeçar. Podemos buscar o exemplo de Cabo verde, de Ruanda e outros países que entenderam que tudo é possível quando se tem vontade política. Os interesses individuais estão vinculados aos interesses colectivos. Chegou o momento em que os angolanos são chamados para este desafio de assumirem essa responsabilidade como condutores do processo de desenvolvimento sustentável do país.

Cacesse (2022) defende que para o desenvolvimento sustentável, é preciso que o Estado e seus governos em Angola estabeleçam a participação de vários actores sociais para pensarem em conjunto um modelo de desenvolvimento de acordo com a realidade dos angolanos e estabeleçam medidas de transparência das instituições públicas através do processo participativo na tomada de decisões onde a sociedade civil organizada vai poder dialogar com o governo²².

Em Angola faltam condições fundamentais para investimento privado, o que compromete as suas perspectivas de diversificação, como diz Pereira (2006). Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam. A macroeconomia precisa ser estabilizada. É preciso um investimento sério na

²² Conversa com o Professor Doutor Cacesse, professor Universitário, ao 30 de Maio de 2022

educação, como diz Nelson Mandela, quando afirmou que “A Educação é a única arma que pode mudar o mundo”.

Nóbrega (2022), defende que o desenvolvimento sustentável deve-se inicialmente pela reconstrução, porque não há país que se desenvolve com os gastos avultados para os meios de guerra, daí o relato de um jornalista brasileiro que afirmava que o MPLA gastava um milhão de kwanzas por dia para investir em material bélico e não só, o mesmo afirma que o mesmo também acontecia com a UNITA. Logo, quando terminou a guerra, era imperioso olhar para a reconstrução das estradas, pontes destruídas e as pessoas estavam completamente desestruturadas e não se praticava a agricultura, as pessoas estavam aglomeradas nas cidades. Havia necessidade de reconstruir o país em todos os aspectos, também era necessário reconstituir as mentalidades das pessoas, traumatizados por décadas de guerra²³.

Angola pode ser vista como um país longe do desenvolvimento. Sendo assim, torna-se necessário ao estado criar políticas públicas que possam garantir as condições básicas para a sociedade angolana como um todo, tendo sempre em conta que se trata de uma sociedade traumatizada, martirizada, sofrida, carente, desiludida, sem rumo por falta de um olhar atento do Estado angolano que não soube gerir o bem comum em benefício do povo.

2.4. O Ano de 2002 e os Desafios do Desenvolvimento

Falar da paz e do desenvolvimento em Angola, implica olhar para o ano de 2002 como ponto de partida, pois foi neste ano que se assinalou o calar das armas, a circulação de pessoas e bens, a reconstrução do país. Toda a tendência do desenvolvimento em Angola, nasce justamente a partir deste ano, que ficou conhecido como o ano de paz para Angola. Também importa sublinhar que o desafio de quem governa para o desenvolvimento, a exigência popular também tem nele as suas origens.

²³ Conversa com o Dr. Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30.

Segundo Mangovo (2012), os esforços para a paz, como imperativo do desenvolvimento, permitiram registrar algumas tendências importantes: a maioria dos conflitos armados cessa pelo aniquilamento trágico de uma parte ou pelo encontro de um ponto de equilíbrio para ambas as partes que exige cedências e ganhos. A paz trouxe esperança, mas também novos desafios e prioridades. Um dos grandes desafios é melhorar a educação, saúde, saneamento básico, transporte público e infra-estrutura.

O fim da guerra civil, em 2002, constitui-se, assim, no acontecimento mais importante. Se, por um lado, chegou o momento para, em termos políticos, consolidar a democracia, desenvolver o espaço que permitia o exercício dos direitos de cidadania consagrados na constituição, igualmente, em termos económicos, chegou o momento de se dar início ao processo de arranque da economia, motor essencial para se empreender outros projectos, como seja, a edificação do estado social (Liberato, 2018).

De 2002 a 2020, o sector público em Angola tem sido confrontado com uma maior exigência por parte dos cidadãos, exigindo melhoria na prestação de serviços públicos, assim como transparência e maior efectividade das políticas públicas. Mediante essa análise, que futuro estamos construindo? O depois apresenta-se nebuloso, porém ainda é tempo de mudarmos estas previsões, de sairmos do estado de alienação que nos encontramos alimentado sobretudo pelo consumo de álcool e pela corrupção. Não temos motivos para comemorar, mas temos todos os motivos para nos unirmos e continuarmos a luta em prol de um mesmo lugar, de um mesmo bem comum: Angola, o nosso país bem-amado (Rocha, 2014, p. 21).

Esse período de 2020 é marcado pelo retrocesso da política do estado. A falta de uma gestão sólida e transparente tem gerado uma onda de manifestações da população. Há três factores importantes que podemos levar em consideração. Angola é um país novo e tem uma população jovem, é um país rico em recursos naturais com potencialidades e tem oportunidades de investimentos estrangeiros, vantagens essas que os gestores e líderes da conjuntura actual não levaram em consideração. Continuamos a ser um só povo multicultural e multiétnico, mas ainda existe uma resistência por parte dos governantes em criar estratégias para

que os interesses políticos, nacionais não separem a população nem criem desigualdades económicas e sociais.

Para Oliveira (2022), depois de 2002 espera-se de Angola um Estado forte e pronto para intervir e garantir o bem-estar da colectividade, frustrando os interesses do grande capital internacional. Espera-se um Estado pronto para realizar transformações sociais e ambientais no interior de suas fronteiras. Espera-se um Estado que transforme o contexto ao entregar à sociedade um conjunto de bens e serviços que permitam à pessoa humana avançar na realização de suas próprias potencialidades.

Mandume (2022), falar da paz em Angola, é necessário olhar em vários ângulos que englobam o conceito paz e o seu significado, o que temos hoje em Angola, é a paz do calar das armas, que precisa evoluir para uma paz social, falar da paz, com inúmeras crianças foram do sistema de ensino não é possível, também não é possível falar da paz, quando socialmente não temos assistência médica e medicamentosa, é ainda ilusório falar da paz, quando as pessoas morrem de fome. Logo, temos o calar das armas, circulação de pessoas e bens, mas precisamos evoluir por todos os aspectos de que o processo da paz diz respeito.²⁴

Nóbrega (2022) defendeu que quanto a paz social, o entrevistado defende que ainda não alcançamos a paz social, acho que devemos trabalhar as mentes, porque se reparamos esse trabalho não foi bem feito e ficou esquecido, tivemos o foco nas construções de infra estruturas. Para medir se temos ou não a paz social, podemos recorrer aos acontecimentos dos últimos dias, nos actos de manifestações, as euforias dos manifestantes, nos leva a perceber que as pessoas ainda carregam consigo os traumas da guerra. As pessoas que participaram na guerra ainda vivem e carregam consigo memórias tristes de guerra²⁵.

²⁴ Conversa com Mateus Chinendele Mandume, professor de História, aos 30/05/2022

²⁵ Conversa com o Dr. Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30.

2.5. Estratégia de Combate à Pobreza em Angola

A pobreza é um fenómeno complexo e em processo de intensificação. Mais complexas se tornam assim as prioridades das políticas sociais destinadas a combater esse fenómeno (Capucha, 1998, p. 234). Para fazer face a esta situação, é necessário elaborar estratégias de combate à pobreza, nomeadamente: (i) alargar os direitos sociais e cívicos, (ii) dar primazia à criação de emprego, (iii) reforçar os sistemas de educação e qualificação. (iv) facilitar a mobilidade das pessoas de modo a haver trocas comerciais, culturais, entre outras, (v) reformar o sistema de protecção social, (vi) elaborar medidas específicas de combate à pobreza e à exclusão social (Capucha, 2005).

O conflito armado angolano foi dado como terminado em 2002, porém, actualmente, “a vida em Angola é ainda uma luta, com a maioria dos agregados familiares vivendo abaixo da linha da pobreza” (PNUD-Angola, 2005, p. 18). Para fazer frente a esta situação, o governo angolano, com o apoio internacional, tem delineado planos e programas de luta contra a pobreza (González, 2001, p. 205-206).

Deste modo, em 2004, dois anos após o término da guerra civil, o governo angolano elaborou a sua Estratégia de Combate à Pobreza, cujo objectivo principal é o de estabelecer compromissos tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza até 2015. Este plano identifica os seguintes factores como causas da pobreza em Angola: o conflito armado, a pressão demográfica, a destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais, o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e protecção social, a quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, a debilidade do quadro institucional, a desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficácia das políticas macroeconómicas (MINPLAN, 2005, p. 32-33).

Segundo Lucio (2007) para se combater a pobreza é preciso ter em conta duas preocupações fundamentais: a criação de emprego e a prática de salários justos. Com a criação do emprego pleno a sociedade obtém ganhos económicos, uma vez que os rendimentos das pessoas serão garantidos através de uma

remuneração adequada as necessidades familiares, dando capacidades aos indivíduos de o garantirem de forma cíclica. O autor defende que se crie políticas activas de criação e manutenção do emprego, tais medidas ajudarão a combater a exclusão social.

Lúcio, (2007) afirma que a eficácia de um programa de combate à pobreza é garantida por dois factores: a identificação correta e o envolvimento dos que necessitam da ajuda. Ele continua dizendo que combater a pobreza é “o incremento a participação cívica”, mobiliza-se pelo entendimento da cidadania que passa pela preocupação com aqueles membros da comunidade desfavorecidos. O mesmo autor apresenta três princípios fundamentais que presentes na elaboração de um programa de combate à pobreza: Combater a pobreza é também um dever de cidadania e de solidariedade, cumprir as funções do estado e por último um imperativo ético e de descoberta do valor da fraternidade universal.

Nóbrega (2022), O combate a fome e a pobreza ainda deixa a desejar, para ser sincero ainda assistimos em Angola pessoas a passarem de fome, vemos crianças pequenas nas ruas que deveriam estar nas escolas, logo mesmo a passar pelas ruas da cidade, vemos crianças a realizarem trabalhos de engraxadores, parece que o combate a fome e a pobreza não está a ter impactos que deveria ter. nós não deveríamos ter problemas de fome, temos terras férteis, rios e ventos e todos os recursos necessários para mitigar a fome²⁶.

O mesmo acha que há alguma coisa que não foi bem-feita, temos o problema do analfabetismo no país, o desenvolvimento não se alcança com pessoas que nunca foram a escola. A própria prática da agricultura exige homens qualificados, assistimos a escassez de chuva, se as pessoas não conseguirem enfrentar as escassez de chuvas, utilizando técnicas científicas, nós não conseguimos desenvolver a agricultura então os próprios financiamentos falham para acudir as

²⁶Conversa com o Dr. Paulo Nóbrega, inspector provincial da Educação e professor Universitário feita no dia 30/05/2022, as 13h30.

peças no desenvolvimento de algumas práticas agrícolas isso vai continuar a provocar o êxodo rural por causa da fome²⁷.

Mandume (2022) diz que o combate a fome e a pobreza em Angola é feito de forma muito débil, pois me parece que o orçamento alocado para a agricultura é muito baixo, porque o orçamento alocado para a agricultura, não acode a produção familiar, serve para beneficiar a elite em detrimento dos pequenos agricultores que deveriam também merecer a máxima atenção de quem governa. Potenciando os pequenos agricultores, estaríamos a mitigar a fome e a pobreza²⁸.

2.6. O Processo de Reconciliação Nacional em Angola

Se para O'Donnell e Schmitter (1986, p. 128) a socialização se constitui na segunda transição, a fim de garantir a participação dos cidadãos de forma igualitária na acção social, incluindo a distribuição equitativa dos benefícios produzidos pela colectividade. Acreditamos, igualmente, que a reconciliação se configura em uma das etapas mais complexas e ao mesmo tempo mais relevantes do processo de transição, sobretudo, em países oriundos de longevias, destrutivas e fratricidas guerras, conforme ocorreram em Angola (1975-2002).

A reconciliação pode possibilitar que as partes antagónicas aceitem-se, perdoem-se e convivam com respeito e em certa harmonia. A efectiva reconciliação não implica em tolerância, mas em respeito ao outro, porquanto *A «tolerância é uma negação postergada, tolerar é dizer que o outro está equivocado, e deixá-lo estar por um tempo»* (Maturana, 2002, p. 50).

Quando existe apenas a tolerância e não o efectivo respeito e reconciliação, os processos transicionais podem dissimular e postergar no decurso do tempo situações candentes que poderiam ter sido solucionadas.

Candeeiro (2022) defendeu que a nossa reconciliação nacional tem muitas debilidades, precisamos valorizar o cidadão com uma política inclusiva e não exclusiva, onde a cidadania deveria ser o ponto mais alto a considerar, associando a meritocracia e a competência e não a consideração pelas cores

²⁷ Conversa com o Dr. Paulo Nóbrega, Inspector provincial da Educação e professor Universitário

²⁸ Conversa com Mateus Chinendele Mandume, professor de História, aos 30/05/2022

partidárias e cartões de militância. A reconciliação nacional não deve ser feita somente pelos partidos políticos, deve ser feita, até com aqueles que nunca militaram em nenhum partido.²⁹

Acrescenta que quanto a reconciliação nacional, já demos bons passos, mas acreditamos que a trajectória ainda é tortuosa, temos a paz militar, mas ainda temos estado a ouvir discursos que despertam o sentimento de guerra, a intolerância política, o não reconhecimento de todos os ícones que deram tudo para o país, são elementos que minam o processo de reconciliação nacional, a desproporcionalidade da comunicação social, que para alguns transmite os discursos e actividades na íntegra e para os outros não.³⁰

O complexo processo de reconciliação nacional, portanto, revela um tortuoso caminho ainda a ser percorrido pelos irmãos angolanos desavindos há anos.

No entanto, são notórios sinais de convivência harmónica entre um sem número de inimigos de outrora. Este processo não se dará mediante a mera tentativa de esquecimento, nem de imposição de um discurso hegemónico que mascara as feridas em cicatrização e as mazelas em que vivem os cidadãos, nem as diferenças que constituem o povo angolano. Pois *«insistir nas diferenças é a melhor maneira de contribuir para a paz e para a memória comum, uma vez que a memória está dividida»*. *«E a ceitar esta memória é melhor do que inventar uma memória única, de uma só peça»* (Koselleck, 2006, p.157).

Miguel (2022) defendeu que, quanto a nossa reconciliação, queremos apontar aqui alguns avanços, a entrega do corpo de Jonas Savimbi e merecer um funeral condigno, quando o presidente da república pede a reescritura da História dá sinal do seu interesse na consolidação da reconciliação nacional. Porém, achamos que deve existir uma reconciliação mais abrangente, deve existir reconciliação nacional entre os partidos políticos. Os partidos devem reconciliar-se com eles mesmos, há mágoas dentro da UNITA, do MPLA, da FNLA e de outros partidos. No MPLA, por exemplo, é necessário que haja a reconciliação nacional, tendo em conta o 27 de Maio de 1977, na UNITA as mortes de alguns dirigentes, Tito

²⁹ Entrevista feita a João Candeeiro, político da UNITA no dia 08 de Junho de 2022.

³⁰ Idem

Tchingunje, Vakulukuta, e outros, são sinais que não devem ser esquecidos, há ainda muitas feridas a serem saradas.³¹

Queremos assim afirmar que o reconhecimento dos erros cometidos no passado de guerra e de autoritarismo, acompanhado de um efectivo processo de perdão e compensação às vítimas contribuiria para apaziguar os espíritos. O estabelecimento de oportunidades iguais, a todos os cidadãos, bem como a adopção de linguagem e práticas que respeitam as diferenças, podem contribuir para um efectivo processo de reconciliação nacional.³²

Assim, como a reconciliação, a socialização dos angolanos e a consolidação da paz foram encaradas como uma segunda transição para o desenvolvimento de Angola, pois possibilita a participação dos cidadãos de forma igualitária na acção social, permitindo que o cidadão se torne um actor com direitos e deveres iguais de decidir sobre as acções das instituições políticas e sociais, e assegura o acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade. Tendo em conta este propósito, o governo do MPLA empenhou-se na reconstrução do país, sobretudo de estradas, possibilitando a circulação de pessoas, bens, ideias e ideais, permitindo o surgimento de inúmeras universidades privadas, rompendo o monopólio do ensino superior outrora praticamente adstrito às universidades Agostinho Neto (pública) e católica (privada). A despeito da capacidade do candidato, o acesso à primeira dependia de vinculação ao partido-Estado ou de subornos. Enquanto o acesso à segunda estava vinculado à capacidade financeira e intelectual do candidato, o que em ambos os casos tendia a favorecer, de certa forma, a manutenção do *status quo* da elite com alguma vinculação ao partido-Estado (António, 2013, p:118).

A reconciliação nacional e a integração social em Angola enquadram-se numa discussão mais abrangente e que ultrapassa o estrito fórum político partidário, entre a UNITA e o MPLA, em direcção à sociedade de maneira geral. Na visão de muitos governantes, a integração corre bem, apesar das insuficiências em dar respostas rápidas aos problemas enfrentados pela população. A exclusão social,

³¹ Entrevista feita ao académico Oliveira Adão Miguel no dia 06 de Junho de 2022;

³² A reconciliação nacional é sem dúvida uma das tarefas mais difíceis da transição.

Constatamos que durante as negociações para a aprovação do pacote legislativo eleitoral em agosto de 2011, os deputados da UNITA retiraram-se do plenário em sinal de protesto. Em resposta os deputados do MPLA em coro chamaram-lhes de “sulanos”, e gritavam para que estes fossem embora e não mais voltassem à Casa das Leis, em uma cena de flagrante tribalismo (António, 2013, p.152).

a atribuição de oportunidades em função de cores partidárias em prejuízo a cidadania, mina o processo de reconciliação nacional.³³

Para a senhora Triando (2022) secretária provincial do PRS defende que a nossa reconciliação ainda é bastante frágil, pois, há pessoas que ainda apontam elementos de guerra para humilhar os outros, ainda temos aqui a apontar os critérios de selecção para as bolsas de estudos, os jovens do partido no poder. Onde fica os jovens de outros partidos, jovens das igrejas, a sociedade civil que não alinhou em partidos?³⁴

Para um processo de reconciliação nacional, precisamos esquecer o passado e construir no presente o futuro, dar oportunidades a todos, deixar as retaliações, não incutir nas mentes das futuras gerações o sentimento de guerra, acabar com a exclusão social e traçar linhas mestras de um verdadeiro Estado democrático e de direito.³⁵

Quanto a reconciliação nacional, temos a dar nota positiva a reconciliação militar, houve a integração militar para formar um exército único, aqueles que foram militares na UNITA se juntaram às FAPLA e não temos relatos de problemas. Ao nível militar, o processo de reconciliação nacional caminha bem, mais ao nível político temos muitos problemas a serem superados. Aqueles que viveram o ambiente de guerra desde 1975 e que até hoje vivem, tendem a passar a imagem da guerra às jovens gerações, comprometendo o processo da reconciliação do país.³⁶

Ndala (2022) defendeu que quanto a reconciliação nacional estamos no bom caminho, temos uma convivência saudável, os que ontem eram inimigos de guerra hoje andam na Assembleia Nacional juntos. Como sendo um processo, estamos a caminhar na direcção certa para a sua consolidação.³⁷

³³ Jerónimo Cahinga, entrevista, 29, Julho, 2009, retirada da dissertação de Mestrado de Gilson José Simão Lázaro, 2010.

³⁴ Entrevista feita a Júlia Caquenha Triando do PRS no dia 02 e 3 Junho de 2022;

³⁵ Idem

³⁶ Entrevista feita a Alfredo Mendes da CASA-CE, no dia 04 de Junho de 2022;

³⁷ Entrevista feita a Luís Paulo Ndala, académico do MPLA, no dia 04 de Junho de 2022.

Muengandala (2022) a análise que se pode fazer sobre este processo é muito exaustiva. Em alguns aspectos os resultados são positivos, como o calar das armas, a circulação de pessoas sem limites, as pessoas regressaram para as suas terras sem retalharem aqueles que cometeram erros horripilantes durante a guerra, houve possibilidade de negócios, e a reconstrução nacional.³⁸

Também podemos ver que o calar das armas não resultou na paz e na reconciliação nacional que se pretendia. Hoje, volvidos 18 anos de paz, percebemos que uma minoria conseguiu ter estabilidade social, com o enriquecimento de uma minoria e a grande maioria da população vive em pobreza extrema, o que enfraquece o processo de reconciliação que decorre no país.³⁹

Considerando que a reconciliação nacional é um processo, precisamos melhorar todos os aspectos que venham a travar a celeridade do mesmo, os partidos políticos devem ter consciência de que o país não é feito apenas pelos partidos, devemos valorizar a figura do cidadão. A reconciliação nacional deve ser a luz do bem-estar do cidadão.

2.7. O Novo Panorama Político em Angola

O novo caminho angolano começou a ser trilhado em 2002, depois da morte de Jonas Malheiro Savimbi, líder histórico e fundador da UNITA e a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena. A estes factos, seguiram o estabelecimento de um ambiente de paz e a reconstrução do país a todos os aspectos, sendo que em 2008 realizaram-se as eleições legislativas, as primeiras em tempo de paz, e em 2010 foi promulgada a nova Constituição da República que introduziu mudanças significativas na estrutura política de Angola com a substituição da figura de Primeiro-Ministro pelo Vice-Presidente e pela mudança do modelo de eleição do Presidente e dos deputados à Assembleia Nacional.

³⁸ Agostinho Matias Muengandala, Pastor e secretário da Convenção Baptista na província da Huila, entrevista feita no dia 25 de Outubro de 2022.

³⁹ Idem.

Em 2002, Angola procurava reerguer-se de uma longa guerra civil que deixou grande rasto de destruição e deficiências ao nível económico e social, que apesar dos esforços feitos, ainda não foram plenamente ultrapassadas. Durante os 27 anos de guerra, e mais concretamente no período entre 1992 a 2002, foram gastas quantidades elevadas de recursos públicos para o financiamento da guerra, quando tais recursos poderiam ter sido empregues em sectores mais benéficos para o desenvolvimento do país (CEIC, 2013b).

Para a análise do desenvolvimento de um país, e neste caso vertente, os sectores que estamos a considerar é necessário ter em consideração um conjunto de factores, que podem ser de natureza económica, social e militar. Os indicadores macroeconómicos de um país estão sempre associados a um conjunto de indicadores que caracterizam quer o desenvolvimento social (a educação, a saúde e as infra-estruturas), quer o desenvolvimento militar (a formação, a aquisição de novos meios e o apoio social) (Samuelson, 2012).

Mandume (2020) defendeu que para além dos gastos com fundos públicos feitos para a aquisição do material de guerra, vale lembrar que o mesmo contexto de guerra serviu para o enriquecimento ilícito das classes dominantes em Angola. Durante o período em estudo, altos dirigentes do país aproveitaram a instabilidade política vivida, desviaram os bens públicos para o estrangeiro, situação que deixava o país na miséria tendo em conta o saque provocado pela guerra e por pessoas que foram enchendo as suas contas, quer seja no estrangeiro, assim como dentro do país. Esta situação deixou uma minoria em Angola muito rica e a maioria a viver na miséria.⁴⁰ O mesmo acrescentou que este fosso criado no país, consideramos ser um entrave para o desenvolvimento nos diferentes domínios, por essa razão verificamos que logo depois do alcance da paz, assistimos um crescimento acelerado em todos os domínios, mas infelizmente o mesmo não resultou em desenvolvimento.

O desenvolvimento está normalmente associado à questão da segurança, tal como se associa a existência de recursos naturais à prosperidade económica e

⁴⁰ Entrevista feita a José Sandemba Mandume, Licenciado em ensino de História no dia 08 de Março de 2022.

social de um estado. Assim sendo, «... se pretendermos ter uma sociedade próspera, esta tem de ter um desenvolvimento assente na sua economia e nos seus recursos naturais, associado a uma ausência de tensões e conflitos...» (Bernardino, 2008).

Na procura pelo desenvolvimento do país, o actual presidente da República João Manuel Gonçalves Lourenço definiu como cavalo de força do seu mandato o combate a corrupção e a impunidade, sendo que os principais actores desses actos são indivíduos que estão ligados ao sistema à mais de uma década e que por força partidária acabaram por assumir funções no novo executivo. A aposta do executivo tem se cingindo na criação de um clima favorável capaz de atrair investimentos privados tanto estrangeiros como nacional, tendo aprovado várias leis nesse sentido.

Para analisar o novo panorama político em Angola, Alfredo Mendes secretário provincial para organização e eventos da CASA-CE, fez recurso a um provérbio popular que diz que “a verdade demora, mas vem a tona”. Durante e depois da guerra em Angola fomos assistindo o teatro e escândalo da má governação e ninguém poderia se pronunciar contra aqueles que delapidaram os fundos públicos, este facto criou um momento mais difícil da vida dos angolanos, as pessoas morrem de fome, por causa daqueles que esbanjaram os bens de Angola, não há uma assistência médica e medicamentosa adequada, os poucos endinheirados quando doentes tratam-se no estrangeiro, a má qualidade de ensino e outros males que enfermam hoje a sociedade angolana. Hoje, fruto do combate a corrupção estamos a ouvir e assistir aqueles que ontem eram “*intocáveis*” nas barras dos tribunais.⁴¹

Já Luís Paulo Ndala, diz que Angola depois da paz caminhou e continua a caminhar com medidas que visam o bem-estar social. Logo depois que alcançamos a paz, o governo de Angola traçou políticas assertivas para o desenvolvimento do país, fomos assistindo a construções e reabilitações de infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais, universidades, vias de comunicação. Este crescimento desacelerou fruto da crise da baixa do preço do petróleo.

⁴¹ Conversa com Alfredo Mendes, secretário para organização de eventos da CASA-CE.

Reconhecemos as dificuldades que se vivem em Angola na actualidade, porém, não devemos reduzir os esforços que o governo tem vindo a empreender no sentido de reverter o quadro e garantir o melhoramento dos níveis sociais.⁴² O mesmo, acredita que o novo panorama político vai ser positivo para as novas gerações, pois, elas não viveram a guerra, não vão simplesmente conhecer os partidos políticos tradicionais: MPLA, UNITA e FNLA. Alguns dizem que foram esses partidos que ataçaram a guerra, não foram eles, mas sim as forças estrangeiras. A reconciliação é um processo diacrónico e não sincronizado. As crises económicas não são um fenómeno novo, têm acontecido e depois passam. Então, acreditamos que se todos angolanos estiverem unidos, venceremos os efeitos da crise para garantir o futuro sustentável do país.

Apesar do aumento significativo da esperança de vida, que se tem registado desde 2002, em Angola ainda se constata uma falha na componente social, em que o ponto essencial se relaciona com a forma como o rendimento nacional é distribuído (CEIC, 2013b).

Segundo a Constituição da República no art.º 21 alínea a), um dos deveres do Governo é «*Promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos mais desfavorecidos*». Tendo em vista este desiderato, o Governo de Angola criou a “Estratégia de Combate à Pobreza, visando a consolidação da paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida do cidadão. Pensamos nós que aqueles que têm o poder de decisão, precisam sair da teoria à prática, para que o combate a fome e a pobreza em Angola seja um facto, pois, se assiste uma assimetria desmedida em termos de condições básicas de vida, as pessoas morrem de fome, debilidades na assistência médica e medicamentosa, muitas famílias não conseguem alimentação e o número de crianças nas ruas tende a aumentar. Em suma dezoito anos de paz armada, mais a paz social, a tranquilidade e o bem-estar ainda não é um facto. É certo que precisamos reconhecer os benefícios da paz, mas também devemos apontar as

⁴² Conversa com o académico e membro do MPLA, Luís Paulo Ndala.

fragilidades, os retrocessos e todos nos engajarmos para a resolução dos vários problemas que se vivem no país.

CAPÍTULO III- ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

CAPÍTULO III- ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

3.1. Preliminares da Investigação

Para completar a investigação, o terceiro capítulo é, por norma, reservado ao tratamento dos dados obtidos por intermédio da aplicação de um inquérito por questionário. Está investigação teve como população os estudantes do 3º Ano, do curso de História, regime pós-laboral, afecto ao Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Huíla). O objectivo da aplicação do inquérito visou recolher informações sobre o grau de conhecimento que os referidos estudantes têm sobre o tema.

3.2. População e Amostra

A recolha e interpretação de dados estatísticos na aplicação de um inquérito pressupõe a utilização de um contingente populacional e de uma parte significativa dessa população passando a compor a amostra.

3.2.1. População

Segundo Gomes (2003, p. 27), define população como sendo o grupo de elementos distintos possuindo certo número de características comuns, sendo estes elementos chamados também de unidades populacionais, sobre os quais serão recolhidas informações.

O presente trabalho de investigação é constituído por 35 estudantes do 3º Ano do Curso de História (2019) ISCED-Huíla do regime Pós-Laboral do Lubango que constituem a população e da qual retiramos a amostra.

3.2.2. Amostra

Amostra é um subconjunto de indivíduos da população alvo e para que as generalizações sejam válidas, as características da amostra deve ser as mesmas da população (Gomes, 2003, p. 28). Da população utilizada, extraímos uma amostra de 30 estudantes do referido ano e período. **Instrumento de Investigação**

Para a obtenção dos dados abaixo apresentados, utilizamos um inquérito por questionário, aplicado aos estudantes do 3º ano do regime pós-laboral do curso de História do ISCED-Huíla.

3.3. Caracterização da amostra

Tabela 1 Caracterização geral da amostra dos estudantes do 3º ano do curso de História inqueridos.

Discrição das amostras por idade			
Idade		Frequência	Percentagem
Masculino		16	53.33%
Menor (21 anos)	Maior (50 anos)		
Feminino		14	46.66%
Menor (21 anos)	Maior (48 anos)		
Total		30	100%
Discrição das amostras por género			
Género		Frequência	Percentagem
Masculino		16	53.33%
Feminino		14	46.6%
Total		30	100%

Fonte: elaboração própria

Olhando pela tabela, os inqueridos estão na faixa etária de 22 aos 50 anos de idade, sendo que 16 estudantes estão na faixa etária dos 22-25, 6 estudantes estão na faixa etária dos 26 a 35 e 8 estudantes estão na faixa etária dos 36 a 50. Quanto ao género, 18 estudantes são do sexo masculino e 10 são do feminino.

3.4. Apresentação dos Resultados

Tabela 2 Questão nº 1: Estimado estudante, tem algum conhecimento sobre o percurso histórico da paz em Angola e sua repercussão no desenvolvimento sustentável?

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Sim	30	100%
b) Não	_____	_____
c) Razoável	_____	_____
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Nesta primeira questão, 30 estudantes (100%) responderam que sim, o que totaliza 100% da amostra.

Tabela 3 Questão 2- Indique o meio onde adquiriu tal conhecimento?

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Meio familiar	8	26.66%
b) Entre amigos	_____	_____
c) Meios de difusão	12	40%
d) Meio escolar/universitário	10	33.33%
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Quanto ao meio onde adquiriram os conhecimentos, 8 estudantes (26.66%) escolheram a opção (a), 12 estudantes (40%) escolheram a opção (c) e 10 estudantes (33.33%) escolheram a opção (d) o que totaliza 100% da amostra.

Tabela 4 Questão 3- Como avalia o seu nível de conhecimento sobre o tema?

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Excelente	_____	_____
b) Muito bom	10	33.33%
c) Bom	9	30%
d) Razoável	11	36.66%
e) Má	_____	_____
f) Nulo	_____	_____
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Nesta questão, 10 estudantes (33.33%) escolheram a opção (b) 9 estudantes (30%) escolheram a opção (c) 11 estudantes (36.66%) escolheram a opção (d) o que totaliza 100% da amostra.

Tabela 5 Questão 4- Como avalia a bibliografia existente sobre o tema?

Alternativa	Frequência	Porcentagem
a) Excelente	3	10%
b) Muito bom	3	10%
c) Bom	8	26.66%
d) Razoável	11	36.66%
e) Má	2	6.66%
f) Muito Má	3	10%
g) Nulo		
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Quanto a bibliografia existente, 3 estudantes (10%) escolheram a opção (a), 3 estudantes (10%) escolheram a opção (b), 8 estudantes (26.66%) escolheram a opção (c), 11 estudantes (36.66%) escolheram a opção (d) 2 estudantes (6.66%) escolheram a opção (e), e 3 estudantes (10%) escolheu a opção (f) o que totaliza 100% da amostra.

Tabela 6 Questão nº 5 São visíveis em Angola as políticas para o desenvolvimento sustentável?

Alternativas	Frequência	Porcentagem
a) Sim	9	30%
b) Não	12	39,99%
c) Razoável	9	30%
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Nesta questão, 9 estudantes (30%) escolheram a opção (a), 12 estudantes (39,99%) escolheu a opção (b) e 9 estudantes (30%) escolheram a opção (c), o que totaliza 100% da amostra.

Tabela 7 Questão nº 6: Quais são os ganhos da paz e a reconciliação nacional em Angola?

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Aumento da produção económica	7	23.33%%
b) Crise de identidade nacional	5	16.66%
c) Reconciliação nacional	12	40%
d) Liberdades e democratização plena	6	20%
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Quanto aos ganhos da paz, 7 estudantes (23.33%) escolheram a opção (a), 5 estudantes (16.66%) escolheram a opção (b), 12 estudantes (40%) escolheram a opção (c) e 6 estudantes (20%) escolheram a opção (d), o que totaliza 100% da amostra.

Tabela 8 Questão nº 7: Olhando para a realidade do país, existe de forma real, a integração social, económica e política em Angola?

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Sim existe	14	46.66%%
b) Não existe	1	3.33%
c) Temos dado passos tímidos	14	46.66%
d) Apenas é uma utopia	1	3.33%
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Nesta questão, 14 estudantes (46.66%) escolheram a opção (a), 1 estudante (3.33%) escolheu a opção (b), 14 estudantes (46.66%) escolheram a opção (c), 1 estudante (3.33%) escolheu a opção (d), o que totaliza 100% da amostra.

Tabela 9 Questão nº8: Qual é o quadro do novo panorama político em Angola em tempo de paz?

Alternativas	Frequência	Percentagem
a) Positivo	11	36.66%%
b) Negativo	_____	_____
c) Promissor	13	43.33%
d) Manipulador	6	20%
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria

Relativamente a esta questão, 11 estudantes (36.66%) escolheram a opção (a), 13 estudantes (43.33%) escolheram a opção (c) e 6 estudantes (20%) escolheram a opção (d), o que totaliza 100% da amostra.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Conclusões

Angola enfrentou vários obstáculos no seu percurso histórico para o alcance da paz, tais obstáculos são bem notórios se tivermos que olhar para os diferentes acordos celebrados, depois da independência e a forma como fracassaram. Chegamos as seguintes conclusões:

- ✓ A transformação de Angola num Estado soberano aconteceu num clima de não consenso entre os movimentos de libertação nacional apesar da assinatura dos acordos de Mombaça e Alvor nos dias 3 e 15 de Janeiro de 1975;
- ✓ O conflito armado angolano foi marcado por períodos de paz, com a assinatura dos acordos de Bicesse (1991), protocolo de Lusaka (1994) e com o memorando de entendimento do Luena (2002);
- ✓ A assinatura do memorando de entendimento de Luena marcou, não só o fim do conflito armado, mas também o início de um período de reconciliação nacional e reconstrução do país;
- ✓ O período em análise permitiu o desenvolvimento social e político de Angola, porque do ponto de vista político, houve uma grande aproximação entre os principais beligerantes do conflito, deu-se a realização de eleições legislativas em 2008, as eleições gerais de 2012 e 2017, mas reconhecemos que o país precisa caminhar para uma paz social, pois 20 anos de paz, ainda assistimos pessoas a morrerem de fome, de seca, poucas oportunidades de emprego, a subida gritante da cesta básica, o que tem tornando difícil a vida dos angolanos;
- ✓ Apesar das várias vicissitudes, Angola efectiva a paz e o princípio da reconciliação, tendo um Parlamento que funciona quase em pleno, pois os partidos com assento parlamentar participam, mas notamos ainda muitos desentendimentos no próprio parlamento, intolerância discursiva e acusações entre as bancadas parlamentares que teriam como foco trabalharem arduamente com vista na resolução das preocupações e necessidades dos cidadãos;

- ✓ Precisamos investir mais na agricultura, potenciar a agricultura familiar, alocar mais orçamento para a agricultura, para garantir o desenvolvimento sustentável do país.

Sugestões

A elaboração de um trabalho académico não pressupõe o esgotamento de uma determinada temática, pois esta elaboração não é feita de forma cabal. Por esta razão, achamos que este é apenas mais um dos trabalhos que podem ajudar a enriquecer o acervo bibliográfico existente sobre o tema. Sugerimos que:

- ✓ O tema seja abordado por outros académicos e em horizontes diversificados, utilizando outras fontes de modo a dar a conhecer a população académica sobre o percurso histórico da paz em Angola e sua repercussão no desenvolvimento sustentável;
- ✓ Todas as franjas sociais de Angola devem trabalhar arduamente para se evitar a todos os custos o retorno a guerra e as suas consequências nefastas para o atraso e o subdesenvolvimento do país;
- ✓ Quem tem o poder de decisão, deve trabalhar para que transitemos para a paz social, traçar políticas de integração, coesão, principalmente identificar e resolver as dificuldades gritantes que enferma a sociedade no país.
- ✓ Que haja mais debates e dissertações sobre o tema de modo a compreender o difícil percurso histórico da paz em Angola e analisar as suas repercussões no desenvolvimento sustentável, assim como pensar no país e nas futuras gerações.

BIBLIOGRAFIA E ANEXOS

Bibliografia

Alessandra, P. (2001). O método da análise documental numa pesquisa historiográfica, departamento de Psicologia social e institucional da universidade estadual de Londrina;

Appolinário, F. (2006). Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning;

António, N. D. (2015). Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola. Rio de Janeiro. BANGULA, D. B. (2013). As eleições angolanas de 2012: percepções sobre a abstenção juvenil (*o caso dos jovens*). Luanda.

Brandão, C.R. (1995). Em campo aberto: escritos sobre a evolução e a cultura popular: São Paulo, Cortez.

Brito, À. F. Jr. e Feres, N. Jr. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Evidência, Araxá, v.7. n.7.

Carvalho, J. E. (2009). Metodologia do trabalho científico, 2ª Edição, Escolar Editora.

Davidson, B. (2000). O fardo do Homem Negro. (I ed.). porto: Edições campo de letras.

Ferreira, R. A. (1998). A pesquisa científica nas ciências sociais: Caracterização e procedimentos. Recife, PE: UFPE, 1998;

Galtung, J. (1990). «Cultural violence». In *Journal of Peace Research*. Vol. 27, N.º 3.

Galtung, J. (1967). Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3.

Gomes, A. A. (2003). Considerações sobre a pesquisa Científica: em busca de caminhos.

Gonçalves, J.C.F. (2011). Segurança em África, intervenção da EU no processo de democratização da RDC: a missão eupol-kinhansa: Covilhã.

Gonçalves, J. (2004). «O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola» In Ocasional Papers n.º 10. Centro de Estudos Africanos. CEA-ISCTE.

Joveta, J. (2008). Angola: Independência, Conflito e Normalização, UFRGS editora.

Lakatos, E. M. M. (2002). Método do trabalho científico 6ª Edição, são Paulo, atlas.

Laurau, R. (1990). Implication et surimplication; Revue du Mauss, 10, 110-120
Lakatos, E. M. M. (2002). Método do trabalho científico 6ª Edição, são Paulo, atlas.

Leite, F. T. (2008). Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa. Aparecida: idéias e letras;

Liberato, E. (2015). O Antes, o Agora e o Depois: Angola 40 Anos Depois. **Mulemba**.V. 5, p. 31-51.

Maconi, M. A. e Lakatos, E. M. (2008). Metodologia científica 6ª edição, são Paulo: Atlas, 2011.

Mangovo, P. (2012). Os Desafios da Paz em Angola e as Dinâmicas do Conflito em Cabinda. **Nação e Defesa**. V. 5, N. 131, p. 91-123.

Martins, R. B. (2004). Metodologia científica, 1ª edição;

Messiant, C. (2004). *As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka: uma análise crítica*. In:

Messiant, C. (2008). Le retour à la guerre ou l'inavouable faillite d'une intervention internationale. In *África política*. Paris: Karthala.

O'donnell, G. S. P. C. (1986). Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press.

Oliveira, M. F. B. (2019). **Matemática da Coerência**. 2019. V.1, 1a. ed. São Paulo: Editora Literáfrica.

Oliveira, G.B. de (2007). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista *FAE*, Curitiba, v. 5, n.2, p. 37-48, Maio/Agosto.

Rocha, A. Da. (2014). **As Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020**. V. 2. ed. Luanda: Editora CEIC-UCAN Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

Rodrigues, C. (2012). Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz. Revista Angolana de Sociologia (RAS), nº 9, p. 113-123,.

Santos, D. dos. (2001). Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efémero e o Permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**. V. 23 nº1, p. 99-133.

Santos, L. I. V. G. (2011). A Arquitectura da Paz e Segurança Africana. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. ISBN: 978.85.7631.320-5

Silva, M. & Dora R. A. (2011). Noções de Direito Constitucional e Ciência Política.

Schubert, Jon (2013). Democratização e Consolidação do Poder Em Angola Pós-Guerra.

Telo, F. C. A. (2012). Angola: A Trajectória das Lutas pela Cidadania e a Educação Em Direitos Humanos. Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Van-Dúnem, B. (2007). Prevenção de conflitos em África: da OUA à UA: Angola: periplo.

Vicente, H. M. T. (2014). **Cidadania e Desenvolvimento Social**: Manual do Aluno - 12.º ano de escolaridade. Timor - Leste.

Wallensteen, P. (2002). Conflito armado 1989-2002.

Wheeler, D. e Pélissier, R. (2009). História de Angola, 1ª Edição, Lisboa. VALAHU, Mugar, Angola, Chave de África, Lisboa, 1968.

OUTRAS FONTES

Teses

Abreu, C. C. B. de (2007). Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia. Tese de doutorado. UCAM, IUPERJ. Rio de Janeiro.

Elliot, A. (2018). Os Estados Colapsados Em África: O Caso Da República Democrática Do Congo (Tese De Licenciatura).

Ezequiel, L.N.M (2018). Os grandes lagos e as questões securitárias: suas implicações no processo de desenvolvimento da RDC, ISCED-HUILA (tese de licenciatura).

Rodrigues, S.I.C. (2018). Um Olhar Sobre os Acordos de Paz na RDC- Fracassos e Imbróglia Actual, ISCED-HUÍLA (tese de licenciatura).

Sebastião, A. K. M. (2015) - O Processo de Paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito de Gdabolite à Luena. Tese de Mestrado em relações Internacionais e estudos Europeus, Universidade de Évora.

Documentos Electrónicos

António, N. D. (2013). Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oatd.org/oatd/record?record=oai%5C:www.bdttd.uerj.br%5C:3713>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2018.

Ambrósio, H. S. A. (2020). **Angola é um País Jovem e Oferece Oportunidades de Negócios! Por que?**. Disponível em:<<https://ensaioseopinioeseconomiaangolanaeaficana.wordpress.com/2020/02/08/angola-e-um-pais-jovem-e-oferece-oportunidades-de-negocios-por-que/>>. Acesso em: 23 de mar. de 2020.

ANGOP. Agência Angola Press. **Angola e os caminhos para a paz efetiva**.2018. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/2/13/Angola-

caminhos-para-paz-efectiva,3968b99e-799a-4a69-83ff-b1ab6dabf0b2.html>.

(Acesso em 24.04.2020).

Carvalho, T. E. da C. (2014). O conflito entre o MPLA e UNIAT /FNLA como Materialização do confronto URSS/EUA: No contexto da Guerra Fria, Dissertação de Mestrado.

CEIC. (2012). Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, «Relatório Social de Angola 2012». Luanda. Angola. Website: www.ceic-ucan.org.

HUMAN RIGHTS WATCH. (2003). A Luta em Tempos de Paz o Retorno e Reassentamento em Angola. Disponível em: Acesso em: 20 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angola0803/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

Lopes, N. (2010). Os Entraves à Construção e Consolidação do Estado da Guiné-Bissau. CIEA7 #34, 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa,. Disponível em file:///C:/Users/tdeol/Desktop/GB2%20p7.pdf Acesso em 05 de janeiro de 2017.

Pereira, L. C. B. (2006) O Conceito Histórico de Desenvolvimento Económico. In: Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento económico na Fundação Getúlio Vargas, 2006, FGV. São Paulo 2006, p. 12-19. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>.

Silva, J.V. (2002). A verdadeira paz desafios do Estado democrático. Disposto em [https://www.google.co.ao search? cliente=opera-mini android&dcr=0&q=a+paz+na+rdc+em+pdf&aqs](https://www.google.co.ao/search?cliente=opera-mini+android&dcr=0&q=a+paz+na+rdc+em+pdf&aqs) consultado aos 21 de Agosto de 2018.

Anexos

Anexos nº 1- Bandeiras dos três movimentos por ordem de criação



Esquerda à direita FNLA MPLA UNITA

Fonte: [https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwipg_7MqPXgAhVP-4UKHWI9CwkQ2-cCegQIABAB&oq=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-)

[&tbm=isch&ved=2ahUKEwipg_7MqPXgAhVP-4UKHWI9CwkQ2-](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&tbm=isch&ved=2ahUKEwipg_7MqPXgAhVP-4UKHWI9CwkQ2-cCegQIABAB&oq=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-)

[cCegQIABAB&oq=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-)

[Ti-qxl&bih=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt_PT#imgsrc=oDoUP3c2dyW1FM](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-)

[wizimg.3...141102.1482](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-)

[.....0....1.....0.pRSR9e3le7E&ei=ANSDXKmDCs_2lw](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-)

[78..150488...0.0..0.0.0..](https://www.google.com/search?q=bandeiras+dos+movimentos+de+libertação+de+angola+&gs_l=mobile-gws-)

-

. Acesso aos 08-03-019.

Anexo nº 2- Anexo 3: Memorando de Entendimento de Luena, instrumento que levou o calar das armas em Angola



esquerda General Armando da Cruz Neto e à direita General Abreu Muengo Ucuachitembo “Kamorteiro”

Fonte: <https://www.google.com/search?q=acordo+de+luena&tbm=isch&ved=2ahUKEwjLpInqpvXgA>

[hXOIhoKHd5mBmAQ2-cCegQIABAB&oq=acordo+de+luena&gs_l=mobile-gws-wizimg.3...130617.136858..138306...0.0..1.2325.4556.9-](https://www.google.com/search?q=acordo+de+luena&tbm=isch&ved=2ahUKEwjLpInqpvXgA)

[2.....0....1.....0.S9MSzCLA7D8&ei=JNKDXMuCEs7FaN7NmYAG&bih=512&biw=360&prmd=inv&hl=pt-PT#imgrc=Q14CEFaFpxOx2M.](https://www.google.com/search?q=acordo+de+luena&tbm=isch&ved=2ahUKEwjLpInqpvXgA) Acesso aos 08-03-2019.